

ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS
PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA

MARIA NAZARETH FERREIRA

**ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS
PARA A PRODUÇÃO CIENTÍFICA**



CELACC-ECA/USP

Copyright © by Maria Nazareth Ferreira

**CELACC - Centro de Estudos Latino-americanos
sobre Cultura e Comunicação**

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443 - Prédio B - Sala 27
CEP 05508-900 - São Paulo - SP
Telefone: (11) 3091-4327

Preparação de texto

Maria Bernardete Toneto

Revisão de texto

Francisco Turetta da Costa

Projeto gráfico

Marcus Rodrigo de Carvalho

Editoração eletrônica

Maria Bernardete Toneto

Arte da capa

Antonio G. Júnior

Ilustração da Capa

Fragmento da obra do Pintor cubano René Portocarrero,
"Figura ornamentada", 1968.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

F383a Ferreira, Maria Nazareth
Alternativas metodológicas para a produção
científica / Maria Nazareth Ferreira. -- São Paulo :
CELACC-ECA/USP, 2006.

134 p.
ISBN 85-7205-059-0
Bibliografia

1. Metodologia científica. 2. Pesquisa científica.
3. Epistemologia. 4. Projetos de pesquisa.
5. Comunicação científica. I. Título.

CDD 21. ed. - 001.42

*Para la Filosofía de la Práctica el
ser no puede separarse del
pensamiento, el hombre de la
naturaleza, la actividad de la
matéria, el sujeto del objeto: si se
practica esa separación, se cae en
la abstracción sin sentido.*

Antonio Gramsci
Cuadernos de la Cárcel

*Los filósofos no han hecho más que
interpretar de diversos modos el
mundo, pero de lo que se trata es de
transformarlo.*

Karl Marx
XI Tesis sobre Feuerbach, 1845

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Prefácio	11
Introdução	15
Fundamentos do processo de conhecimento	21
<i>O nascimento da ciência</i>	23
<i>Filosofia: os fundamentos da ciência</i>	25
<i>O longo caminho do conhecimento científico</i>	26
<i>O problema do conhecimento científico</i>	32
<i>O nascimento das Ciências Humanas</i>	33
A produção científica e suas contradições	37
O método, a Ciência e a concepção do homem no mundo	43
<i>O método em filosofia</i>	45
<i>A lógica formal e a lógica dialética</i>	47
<i>A Ciência Política como disciplina</i>	53

<i>A fundamentação e a crítica do Estado burguês</i>	54
<i>A historicidade do conceito de modelo em Ciências Humanas</i>	59
Os modelos analíticos	63
Teoria Social, ideologia burguesa e alienação	67
Marx e a Teoria Social	73
A noção de modelo teórico-analítico	79
A crítica das correntes para pesquisa em Ciências Sociais	83
<i>O modelo estruturalista</i>	85
<i>Teorias funcionalistas</i>	92
<i>O marxismo como continuidade e unidade metodológica</i>	98
Práticas metodológicas	107
<i>Os três princípios fundamentais</i>	110
<i>As alternativas metodológicas</i>	112
<i>Procedimentos teórico-práticos.</i>	115
Elaboração de projetos: modelos	121
<i>Etapas fundamentais na organização do processo de pesquisa</i>	124
<i>O projeto de pesquisa</i>	125
Bibliografia	131

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer aos meus alunos de pós-graduação pela inestimável participação na realização desta obra. Ao longo de vários anos de prática através de aulas – nas quais a presença do corpo discente foi e é fundamental – é que foi aprimorado este texto.

Também rendo homenagem aos pesquisadores do Centro de Estudos Latino-americanos de Cultura e Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – CELACC/ECA/USP – pela discussão e pelas sugestões apresentadas.

Não poderia deixar de agradecer também a Francisco Turetta da Costa pela revisão do presente texto. No entanto, assumo todos os equívocos e a responsabilidade pela obra em pauta.

Profª. Drª. Maria Nazareth Ferreira

PREFÁCIO

Celso Frederico*

Maria Nazareth Ferreira sintetiza neste seu novo livro reflexões sobre a metodologia nas ciências. Fruto da longa experiência profissional da autora, voltada de corpo e alma à pesquisa e ao magistério, a presente obra procura orientar os alunos às voltas com a produção de trabalhos acadêmicos.

O eixo da argumentação que conduz o livro é a defesa do método dialético. A tarefa é das mais difíceis: de um lado, os alunos estão cada vez mais submetidos aos prazos exíguos estabelecidos pelas agências financiadoras; de outro, a reflexão teórica é vista com desconfiança pelo pensamento hegemônico em nossas universidades. Considerando esse contexto adverso, o presente livro procura apresentar, de forma didática, a controvérsia metodológica nas ciências humanas e defender a dialética. No final, oferece indicações práticas para ajudar os estudantes a desenvolverem suas pesquisas.

A primeira questão a ser relevada é sobre a própria existência de um método dialético. Certa vez, ouvi de um ilustre

* Celso Frederico é professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É autor, entre outros, dos livros *O jovem Marx* (Ed. Cortês, 1995), *Luckács, um clássico do século XX* (Ed. Moderna, 1997).

sociólogo o seguinte comentário: “Não existe um método dialético em Marx. Quem ler *O capital*, o *Dezoto Brumário* e *As lutas de classes na França*, logo constata que o autor utiliza diferentes procedimentos metodológicos”.

O comentário, bem no espírito positivista que consagra o bom-senso como substituto da reflexão, captou apenas um aspecto da questão. A dialética, como a definiu Hegel, é “a lógica do conteúdo”. Isso que dizer que o que é determinante é o **objeto** e não os procedimentos formais do intelecto em seu afã de agarrá-lo. Os recursos metodológicos, portanto, dependem do objeto, estão subordinados a ele. A etimologia ensina que método quer dizer “o caminho para a verdade”. A dialética altera esse sentido: para ela, o método é o caminho **da** verdade. É a verdade, no caso, o objeto, quem propõe ao pesquisador o caminho de acesso mais adequado a percorrer, a alternativa mais fecunda. Por esta razão, parece ao nosso sociólogo que Marx utiliza métodos diferentes em suas obras.

Como discípulo materialista de Hegel, Marx levou à risca o imperativo segundo o qual o pensamento deve ser plástico em relação ao objeto – condição indispensável para reproduzir conceitualmente o seu auto-movimento. A primazia ontológica do objeto sobre o pensamento e os procedimentos metodológicos foi explicitada claramente nos *Manuscritos de 1844*, quando afirmou que “as categorias são formas de ser, determinações da existência” – isto é, elas habitam primeiro no objeto, antes de serem reproduzidas conceitualmente pela consciência.

Quando se pensa no objeto e em seu auto-movimento, constata-se que a falha mais recorrente nas teses universitárias é a inexistência de um objeto **real**. Este, quase sempre, é uma construção arbitrária do intelecto que arranca da realidade um pedaço e lhe atribui, abstratamente, a condição de objeto. O epistemologismo, assim, violenta e secciona o real ao enquadrá-lo em categorias prévias que não decorrem da vida real do objeto pesquisado.

A raiz do problema encontra-se, como mostra a autora, nas diversas tentativas de emancipar as ciências particulares

(sociologia, antropologia etc) da filosofia. Sem a pergunta original sobre o *por quê*, sobre o sentido, a essência das coisas, o pensamento social fragmenta a realidade e autonomiza o método, limitando-se a compreender apenas as conexões causais e epidérmicas dos fenômenos.

Essa tendência já se encontrava no fundadores da teoria sociológica, mas é sempre bom lembrar que em Durkheim, por exemplo, havia uma concepção organicista da vida social, que pressupunha uma imagem da sociedade como uma totalidade que, para ser bem compreendida, exigia uma teoria geral, holística. Depois, o funcionalismo encarregou-se de pulverizar a totalidade transformando-a num conjunto de subsistemas e, assim, banir a teoria geral, considerada doravante como “especulação metafísica” a ser substituída pela estatística.

Mesmo os autores preocupados com a teoria, como Robert King Merton, abandonaram o empenho durkheimiano em construir uma teoria social grandiosa em nome de “teorias de médio alcance”. Desse modo, o ideário iluminista e sua crença no poder da razão em conhecer progressivamente a realidade como uma totalidade estruturada sofreram uma reversão. Ao fixar limites à teoria – o “médio alcance” de suas formulações – o pensamento estabelece, a priori, limites para o próprio pensamento. Por outro lado, a substituição da teoria pela estatística suprimiu qualquer reflexão crítica sobre a realidade que se estuda. A estatística, ao conformar-se com as regularidades mensuráveis, permaneceu numa relação de exterioridade com o objeto, sem penetrar em sua essência, desobrigando o pesquisador de tomar posição sobre a sociedade em que vive.

Nesse sentido, Maria Nazareth Ferreira nos ensina que “método e teoria constituem, em essência, o conteúdo único e indivisível de cada ciência concreta”. A frase nos faz lembrar o espanto de Theodor W. Adorno ao chegar aos Estados Unidos e constatar a diferença entre a pesquisa administrativa praticada no Novo Mundo e aquela elaborada na Europa. O método, para a sociologia européia, era entendido como “crítica do conhecimento”, estando, portanto, em íntima relação com a filosofia, com a indagação sobre os valores que

regem o mundo. Na concepção americana, método passou a ser entendido como “técnicas práticas de investigação”.

O resultado da emancipação do método em relação à visão sobre a sociedade e às considerações valorativas da vida é bastante conhecido: o método tornou-se uma chave que abre todas as portas, um passaporte universal que franqueia o conhecimento àqueles que o utilizam. Ou, nas palavras da autora, “uma receita”, um instrumento externo para quem busca “um **metro** para medir o real”.

Wright Mills, em sua obra magistral, *A imaginação sociológica*, observou que os clássicos da sociologia tinham uma clara compreensão de que os fatos sociais só se explicam através da referência à estrutura da sociedade. E falar sobre essa estrutura implica necessariamente uma tomada de posição ética e política sobre a ordem vigente. A autonomização do método, contrariamente, pretende nos oferecer um conhecimento rigoroso desprovido de pressupostos ideológicos, asséptico, neutro, enfim, pretende construir a imagem de uma ciência neutra. Mas essa neutralidade é apenas aparente, pois é o método autonomizado quem determina os rumos, o conteúdo da pesquisa e, em assim fazendo, os próprios resultados já estão comprometidos, se não dados, a priori. A fetichização do método, sua transformação numa entidade autônoma, abandona a preocupação com as questões sociais relevantes que revelariam a verdade sobre a sociedade em que vivemos. Desse modo, a sociologia perde sua condição de “ciência moral”, tal como idealizada por Comte e Durkheim, e o mundo torna-se, como disse Wright Mills, “um objeto a ser manipulado”.

Aqueles que não desistiram de pensar dialeticamente encontrarão neste livro reflexões importantes para retomar os elos que articulam os fenômenos estudados pelas teses acadêmicas com o dinamismo da vida social. E, para eles, não há saber desinteressado, pois o pesquisador, como disse certa vez Nietzsche, “não é um ocioso que passeia no jardim da ciência”.

O compromisso com a verdade tem, como ensina Maria Nazareth Ferreira, conseqüências práticas – o imperativo inadiável de transformação da sociedade.

INTRODUÇÃO

Este texto surgiu da insistência dos meus alunos de pós-graduação na ECA/USP e em outras universidades para transformar minhas aulas em livro, segundo eles, cobrindo uma necessidade, dadas as propostas metodológicas com as quais trabalhamos.

A proposição metodológica que pretendemos utilizar como principal opção refere-se aos pressupostos do materialismo histórico e do materialismo dialético, metodologias pouco usuais na atualidade. Entretanto, diante do renascimento da discussão sobre o marxismo do Século XXI, principalmente entre os teóricos latino-americanos¹, urge retomar esta proposta investigativa.

Examinando o caminho percorrido pelos estudos sobre Ciências Humanas no Brasil, é possível entender que uma das etapas mais significativas para uma discussão refere-se à questão da teoria e do método. Esta discussão, por outro lado, desdobra-se em dois aspectos. O primeiro deles é a dificuldade que os estudiosos têm encontrado para definir uma teoria e uma metodologia específicas para o entendimento de áreas básicas e relativamente novas como alguns aspectos específicos das Ciências Sociais.

Porém, é necessário apresentar a questão mais profunda do problema, que situa-se na Teoria do Conhecimento.

¹ Alfonso de LUCAS. "Contraste histórico de las teorías de Marx, desde la perspectiva del siglo XXI". *Rebelión*, jan.2006; Luis Marcelo YERA. "En busca del paradigma perdido de Marx e Engels". *Rebelión*, dez. 2006; Ricardo Alarcon de QUEZADA. "La obra de Marx y los desafíos del siglo XXI". *Rebelión*, mai.2006.

O conhecimento é um processo dialético que permite ao homem refletir e produzir no pensamento o mundo objetivo. Para que? Para, podendo intervir nesse mundo objetivo, utilizar seus conhecimentos para transformá-lo.

Este é o fim máximo da ciência: conhecer para transformar. Sem conhecimento não pode haver transformação. O trajeto do pensamento vai do desconhecido em direção ao conhecido, do conhecimento limitado, imperfeito da realidade, até o seu conhecimento mais perfeito e profundo. Mas, atenção: a verdade da ciência é relativa, pois é passível de mudanças, na medida em que avança o conhecimento.

Voltando ao objetivo do trabalho científico – a transformação –, a possibilidade de transformação do mundo objetivo advém do seu conhecimento, daí a estreita relação que existe entre a teoria, o método e as técnicas, que, em seu conjunto são os instrumentos da ciência.

O ser humano organizou seu conhecimento de si mesmo e do mundo do qual faz parte. Sistematizou esse conhecimento criando a Ciência, que tem início também com o conhecimento do homem, com o esforço para produzir conhecimento.

Entretanto, há que raciocinar sobre o seguinte: a realidade social é uma só, mas é mutante, multiforme, com diferentes facetas, difícil de ser apreendida à primeira vista. Por outro lado, existem diferentes formas de avaliar um fato, o que não significa que existam diferentes realidades; o que realmente existe são **diferentes formas de avaliação de um mesmo acontecimento**.

As tendências burguesas nas Ciências Humanas pretendeu estudar a realidade por segmentos, apresentando os acontecimentos sob os ângulos econômico, político, social ou cultural, fragmentando, assim, a realidade.

Entretanto, a realidade mesma demonstra que múltiplos elementos em uma mesma direção convergem, o que torna inconcebível pretender segmentar a realidade com o fim de atender a diferentes disciplinas que devem estudá-la.

O homem, ao utilizar a Ciência, avança além do conhecimento comum. A Ciência, como forma de consciência social, é determinada, em sua utilidade e estratégia, pelas classes sociais em cujo meio a prática social da produção se orienta sempre numa direção classista.

Também é a prática social que confirma ou nega a intervenção do homem na realidade. Na estreita relação entre a teoria e a prática são formadas e provadas as idéias, os conceitos, as categorias e as leis.

O conhecimento não é algo estático: está sempre em desenvolvimento; como processo, a cognição começa reconhecendo o objeto de estudo no mundo exterior mediante os sentidos.

Além das sensações, são formas de conhecimento a **percepção** e a **representação**. A percepção reflete o objeto em toda a sua integridade sensitiva, com o conjunto de seus aspectos e particularidades exteriores; a representação é a reprodução na consciência do indivíduo daquilo que é percebido com anterioridade.

Na formação dos conceitos, o processo do pensamento – a análise e a síntese, que são operações mentais – permite decompor e unir com procedimentos lógicos vinculados também a outras operações mentais (a generalização e abstração) o objeto de estudo. A partir dessas operações é possível afirmar a racionalidade e objetividade das opiniões científicas.

O conhecimento científico tem dois traços distintivos do conhecimento empírico-espontâneo: sistema e orientação. O conhecimento como processo social é condicionado pela divisão social do trabalho, ao desenvolver o trabalho intelectual, separando-o do trabalho manual.

São características do Conhecimento Científico:

1 – é certo, porque sabe explicar os motivos de sua certeza;

2 – é geral, isto é, conhece no real o que há de mais universal, válido para todos os casos da mesma espécie. A

ciência, partindo do indivíduo, procura o que nele há de comum com os demais da mesma espécie;

3 – é metódico e sistemático. O sábio não ignora que os seres e os fatos estão ligados entre si por certas relações. O seu objetivo é encontrar e reproduzir este encadeamento, alcançando-o por meio do conhecimento das leis e princípios. É por isso que toda a Ciência constitui um sistema organizado em qualidades.

Na elaboração deste trabalho, foram utilizados vários autores, todos imprescindíveis para levar a cabo esta tarefa. No entanto, não poderia deixar de citar alguns textos que foram de vital importância para complementar este trabalho, tendo em vista a necessidade de aproximar a metodologia de pesquisa dos fundamentos da Filosofia e das Ciências Sociais.

O primeiro texto indispensável para o aprofundamento de minhas proposições foi o livro “Filosofando: introdução à filosofia”, um excelente manual de Filosofia escrito pelas professoras Maria Helena Pires Martins e Maria Lúcia de Arruda Aranha. A estas pesquisadoras e excelentes mestras, o meu reconhecimento.

Outro grande incentivador de meu trabalho, ao qual devo parte dos resultados positivos de minhas aulas, é o professor Hugo Calello, da Universidad de Buenos Ayres, cujo trabalho “La investigación en las ciencias humanas; método y teoría crítica”, realizado juntamente com a professora Susana Neuhaus, foi decisivo para a elaboração deste texto. A estes pesquisadores, o meu respeitoso agradecimento.

FUNDAMENTOS DO PROCESSO DE CONHECIMENTO

A ciência é um sistema de conceitos, um conjunto de teorias que refletem o objeto estudado e as leis que o regem. Sobre a base desta interpretação da ciência, ela em outros tempos, foi incluída no campo da ideologia; o lugar da ciência, então se determinava na superestrutura ideológica da sociedade. Dai, nasceu, precisamente, a definição da ciência como uma forma de consciência social².

Segundo Lênin, todos os objetos de investigação, incluídas as questões de ciências naturais, compreendem sempre dois aspectos fundamentais: o enfoque histórico como parte inseparável da análise e o exame do problema, levando em consideração todos os seus aspectos, especialmente os antagônicos. A capacidade de abarcar os aspectos diferentes em sua unidade e em sua contradição é uma das virtudes especiais do método dialético, o qual será desenvolvido ao longo deste trabalho. Juntos, o enfoque histórico e o exame do problema, são momentos que constituem precisamente aquilo que, em Lênin, está vinculado com o enfoque concreto: a habilidade de analisar qualquer questão, incluídas aquelas referentes aos problemas filosóficos das ciências naturais. A peculiaridade e a singularidade da ciência como instituto social consistem em que seus dois aspectos antagônicos – o

² Lênin y la ciencia: las ideas leninistas sobre el desarrollo y las interrelaciones de la ciencia y la técnica. *La Ciencia y el periodista*. La Habana: Ed. Política, 1987, pp.16.

material e o ideal – são capazes de passar de um lado a outro, de trocar de lugar entre si. A esta circunstância, pede-se peculiar atenção, já que se não se levar este aspecto em conta não será possível compreender a essência mesma, a natureza da ciência.

Pode-se afirmar que a ciência começa, historicamente, no momento em que o imenso material experimental acumulado no processo histórico-social é submetido à ação do pensamento sintetizador do homem. Esta ação tem por finalidade levar a cabo a generalização teórica, a partir da qual é possível extrair as leis da natureza aí latentes, para poder levar à sua aplicação técnica posterior.

Resumindo: o homem, com a ajuda da ciência, soma suas experiências práticas extraíndo delas sua quintessência. Esta quintessência se transforma em síntese original, em algo ideal, em conceitos científicos, em teorias, princípios e hipóteses. É por isso que Marx afirma³, que para ele, o ideal é o material “transplantado” para a cabeça do homem e transformado por ela. Esta transformação coincide com o nascimento da própria ciência como algo ideal, engendrado pelo material, daí resultando que o ideal tem um conteúdo material totalmente definido.

A ciência constitui um sistema que reflete um complexo e antagônico mecanismo de transformação recíproca e incessante do material no ideal e do ideal no material. Nestas circunstâncias, todo o processo de desenvolvimento histórico acontece dentro desse mecanismo: basta apenas excluir um destes aspectos da análise deste processo para que, de imediato, todo o sistema se desintegre, para que a ciência desapareça e fique apenas uma interpretação unilateral, a qual exclui a possibilidade de compreendê-la como uma transformação recíproca e incessante.

³ Karl MARX. *El capital*. Mexico: Fondo Económico de Cultura, 1973, Tomo I, pp.18.

Os fundamentos do processo de conhecimento encontram-se na filosofia. Sem o entendimento da filosofia é impossível produzir conhecimento científico.

A filosofia divide-se em dois grandes mundos de pensamento: aquele de caráter formal, que irá constituir as metafísicas de todos os matizes, e aquele de natureza dialética, em que se notam igualmente divergências de interpretação, mas onde a unidade das escolas é visivelmente maior do que a existente no campo antagonista⁵.

Nos seus primórdios, a ciência se achava ligada à filosofia; a partir de Galileu, no século XVII, essa ligação se rompe com o nascimento das ciências particulares. A fragmentação do saber, disperso pelas diferentes ciências com seus métodos e objetivos próprios, não esvaziou a filosofia: ao contrário, deu-lhe mais força, pois, se a realidade é compartimentada pelos juízos das diferentes ciências, cabe à filosofia, mais que nunca, a tarefa de unificar, dar uma visão de conjunto a essa realidade fragmentada. Um problema tratado de maneira particular pela ciência específica é analisado pela filosofia na sua relação de conjunto com a totalidade. Se a ciência tende mais para a especialização, a filosofia tende a superar esta fragmentação do real para resgatar o homem em sua integridade.⁶

Em todos os setores do conhecimento e da ação, a filosofia deve estar presente como reflexão crítica a respeito dos fundamentos deste conhecimento e deste agir. À filosofia cabe fazer juízos de valor, e a ciência faz juízos de realidade.

⁴ Aranha, Maria Luiza e Martins, Maria Helena P. *Filosofando*. São Paulo: Moderna, 3ª. 2003. Toda a parte relativa à filosofia neste trabalho foi fundamentada nesta obra (*nota da autora*).

⁵ Álvaro Vieira Pinto. *Ciência e existência. Problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p.65.

⁶ Idem, *ibidem*

A filosofia é um exercício de reflexão. O que significa refletir? Significa fazer retroceder, voltar atrás. Refletir significa pensar o já pensado. Entretanto, o ato de refletir em filosofia significa uma reflexão radical, rigorosa e de conjunto⁷.

Qual pode ser então, a utilidade da filosofia? Se a filosofia é a possibilidade que o homem tem de transcendência, de superar a sua imanência, é ela que torna o homem capaz de construir o seu destino, capaz de definir os caminhos de sua servidão e de sua liberdade. Por isso a filosofia está sempre se confrontando com o poder através da ética e da política. Nesse sentido, a filosofia é também a crítica da ideologia, na medida em que busca a verdade (para ver aquilo que estava escondido pelo costume, pelo convencional, pelo poder)⁸.

Enfim, descobrir a verdade é aceitar o desafio da mudança: **é procurar o saber para transformar a realidade.**

O LONGO CAMINHO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O conhecimento científico, tal como é entendido atualmente, é uma conquista recente da humanidade: tendo surgido no século XVIII com Galileu, tem apenas 300 anos. Entretanto, percorreu um longo caminho até chegar a este *status*.

Sendo uma propriedade geral da matéria viva, o conhecimento acompanha o processo evolutivo desta. Pode-se, grosso modo, distinguir três grandes etapas no processo de conhecimento:

1- a **fase dos reflexos primordiais**, que inclui toda a escala evolutiva da matéria viva, desde sua ínfima forma de organização até o surgimento do homem. É a fase em que o conhecimento se faz com ausência de consciência, a qual só aparece no período final;

⁷ Idem, *ibidem*.

⁸ Idem, *ibidem*.

2- a **fase do saber**, que se caracteriza pelo conhecimento reflexivo. É uma fase humana de alto progresso e abrange formas culturais e civilizatórias avançadas, nas quais se encontram realizações materiais e criações culturais que representam marcos distintivos de momentos superiores no processo histórico da hominização. O homem toma consciência de sua racionalidade. O saber no animal transmite-se por herança biológica; o saber no ser humano é transmitido pela educação, pela socialização, tendo, por isso, um caráter social. Entretanto, esta não é ainda a fase final, pois aqui o homem sabe que sabe, mas ainda não sabe como chegar a saber;

3- a **fase científica**, isto é, o saber metódico. A ciência é a investigação metódica, organizada, da realidade para descobrir a essência dos seres e dos fenômenos e as leis que os regem, com o fim de aproveitar as propriedades das coisas e dos processos naturais em benefício do homem⁹.

Na Antigüidade Clássica houve preocupação com o pensamento racional: Sócrates preocupava-se com a definição de conceitos, através da qual pretendia atingir a essência das coisas; Platão ensinava que o sábio deveria percorrer o caminho da **doxa** (opinião) à **episteme** (ciência) para produzir o conhecimento.

No Século XVII a ciência encontra seu próprio método, pelo qual fará o controle do conhecimento. A ciência moderna nasce com a determinação de um objeto específico de pesquisa. As ciências modernas são **particulares**, mas são **gerais**, pois as conclusões mais amplas são válidas para todas as ciências.

O mundo construído pela ciência aspira à objetividade: as conclusões podem ser verificadas por qualquer membro qualificado da comunidade científica, pois a racionalidade desse conhecimento é despojada do emotivo e é impessoal. "A ciência explica o mundo, mas se recusa a habitá-lo" como é possível avaliar no famoso exemplo da cascata¹⁰.

⁹ Álvaro Vieira Pinto, *op.cit.*, pp.20-30.

¹⁰ Maria Luiza Aranha e Maria Helena P.Martins, *op.cit.*

A abordagem que a ciência faz da realidade permite a **previsibilidade** dos fenômenos, o que, conseqüentemente, trará como resultado um poder maior de transformação da natureza. Daí resultou o desenvolvimento da **tecnologia**, mudando o mundo e as relações entre os homens. Estas mudanças, que até o século XVIII era tímidas, a partir do século XX são aceleradas. A ambigüidade do poder de transformar a natureza, que tanto pode estar a favor do homem como contra ele, provoca reflexões de caráter moral, a fim que sejam questionados os fins a que se destinam os meios utilizados pelo homem: se servem ao seu bem-estar ou se o degradam; se servem à liberdade ou às formas de dominação. Daí resulta que a ciência não é neutra: não procura o saber pelo saber. A ciência está indissolúvelmente imbricada com a política, pois o cientista tem uma responsabilidade social da qual não pode abdicar.

O pensamento científico, tendo nascido na Grécia Antiga, percorreu um longo caminho até garantir-se como ciência.

A contribuição grega à ciência tem a marca das condições de produção da Grécia: numa sociedade onde vigora o sistema escravista, o trabalho manual é desvalorizado e a atividade intelectual é privilegiada. Daí a “contemplação” ser considerada uma atividade superior. A dicotomia **pensar-fazer** existe também na relação **corpo-espírito**, heranças que o mundo ocidental tem muito arraigada.

Se Sócrates, Platão e outros acrescentaram muito ao mundo das idéias, é Aristóteles quem sai desse mundo para o reino do concreto, criando a física aristotélica, a discussão da substância do corpo, baseada nos quatro elementos; a idéia de matéria e forma e de movimento: a passagem do potencial ao ato, a criação do geocentrismo. Mas Aristóteles não recorre à experiência. Parte da observação comum: “a pedra cai” e pergunta “Por quê?” e não “Como?” Se perguntasse “como”, teria que descrever o fenômeno; mas perguntando “por que?”, procura as causas, caindo na discussão metafísica da teleologia, que é o estudo da finalidade. Daí sua ciência ser filosófica, entrada na argumentação. Entretanto, algumas das contribuições dos gregos prevalecem até a Era Moderna.

O pano de fundo do pensamento medieval é a tentativa de conciliar a **razão** e a **fé**. “Crer para compreender e compreender para crer”. A filosofia, embora se distinguindo da teologia, é seu instrumento. Surgem assim as correntes filosóficas Patrística e Escolástica. A Patrística tem em Santo Agostinho o seu maior expoente. Esta corrente se centra nas relações entre fé e ciência, a natureza de Deus, da alma, a vida rural. A Escolástica tem seu expoente em São Tomás de Aquino. A Escolástica é a especulação filosófico-teológica e tem sua origem nas escolas monacais do Renascimento Carolíngio, no auge do século VIII.

A partir do século XI surgem as universidades (Paris, Bologna, Oxford etc.), tornando-se foco de reflexão filosófica. É com São Tomás de Aquino que o pensamento aristotélico é recuperado, adaptando-o à visão cristã: é o nascimento da filosofia aristotélica-tomista. Nesse panorama, a ciência continua desligada da técnica e da indagação empírica. Não havia ainda sequer o relógio, nem outros instrumentos, sem os quais não era possível desenvolver a ciência. Pode-se citar a alquimia, que muito auxiliou nas descobertas da química, e era condenada como bruxaria; a grande contribuição dos árabes na astronomia, na matemática, com a introdução dos algarismos arábicos – o que muito ajudou o campo da pesquisa.

Apesar destas contribuições, a ciência ocupou, na Idade Média, o lugar da revelação filosófica. Do final do século XIV em diante, a Escolástica sofre um processo de autoritarismo, de dogmatismo, restando a reflexão e obstruindo as pesquisas. Com o advento das grandes descobertas do período, as **eternas verdades** ligadas à religião entram em choque com a realidade; daí a necessidade da **Inquisição** e suas violentas ações obscurantistas contra os cientistas da época. Os exemplos mais significativos expressam-se no sacrifício de Giordano Bruno nos processos contra Galileo Galilei.

A era moderna se anuncia com a teoria heliocêntrica elaborada por Galileu, que desbanca a explicação geocêntrica, a qual perdurou por vinte séculos. Ao ser desmistificada a idéia do “mundo superior” e do “mundo inferior”; todo um conjunto de teorias baseadas na religião caem por terra. Mas

não é apenas a ciência que se transforma. Um novo homem está nascendo: o seu valor não está na família, na linhagem, mas no seu esforço e sua capacidade de trabalho: a uma classe ociosa, opõe-se o valor do trabalho; ao valor do bem fundiário, opõe-se o valor da moeda, da produção manufatureira.

O renascimento científico deve ser compreendido como a expressão da nova ordem econômica: o capitalismo. Os inventos e descobertas serão, a partir daí, em função da expansão capitalista. A ciência deixa de servir à Teologia, para ligar-se indissolúvelmente à técnica.

O pensamento moderno é racional: o poder exclusivo da razão é antropocêntrico: o homem é o centro do mundo. Na filosofia, as coisas cedem lugar ao homem; daí, a ênfase nas questões epistemológicas como a marca do pensamento moderno. Em oposição ao saber contemplativo, característico até a Idade Média, surge agora o saber ativo: é a própria realidade sendo observada e sendo submetida a experimentações. Da mesma forma, este saber deve retornar ao mundo, para transformá-lo. É a aliança entre a técnica e a ciência.

A ciência nascente é o resultado de uma revolução científica, de uma **ruptura**; começa aí, a separação entre filosofia e ciência. Essa revolução necessita uma nova linguagem, uma nova mentalidade.

Foram muitas as transformações produzidas pelo Heliocentrismo. Por exemplo, a secularização da consciência, quando Galileu separa razão e fé; a descentralização do cosmos, quando o homem e seu lugar no mundo passam a ser questionados; a geometrização do espaço, quando o espaço passa a ser homogêneo, desprovido de qualidades, – como o céu, o inferno etc. – deixando de ser sacralizado. Como resultado, há uma espécie de democratização do espaço. Terra e Céu são da mesma natureza. Por outro lado, com o surgimento do mecanicismo, homem e natureza são comparados a uma máquina; tornam-se excluídas das ciências, todas as considerações de valor, de perfeição, de sentido e de fim. As causas formais e finais não explicam; apenas as causas eficientes são utilizadas nas explicações científicas.

A grande contribuição do Século XVII é a descoberta do **método científico**, o qual se aperfeiçoa, se universaliza e serve de modelo a todas as ciências particulares. Alguns nomes devem ilustrar este momento significativo do nascimento da moderna ciência: **Newton**, a partir das contribuições de **Galileu e Kepler**, deduz a lei da gravitação universal, segundo a qual a força da atração é proporcional às massas e inversamente proporcional ao quadrado das distâncias; **Lavoisier**, ao emprestar a metodologia da física para a química, descobre o princípio da conservação da massa; “Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”; **Darwin**, comprova a teoria de evolução orgânica, que iria revolucionar a **biologia**, com a teoria da origem das espécies, constatando a seleção natural e abrindo assim, o caminho a **Pasteur**, o qual deita por terra a teoria da geração espontânea e lança as bases das ciências da bacteriologia, segundo a qual as moléstias são produzidas por germes¹¹.

Toda esta evolução nas ciências da natureza, atingem as ciências humanas exigindo que estas também se desligassem da filosofia. A primeira a se desenvolver é a **Economia**, que até então estava identificada como o mercantilismo. No século XVIII, Adam Smith é o primeiro a explicar cientificamente o funcionamento de um sistema econômico. Depois, Malthus introduz a dinâmica do crescimento populacional na análise econômica. Outro teórico que muito contribuiu foi David Ricardo; mas só com Marx, no Século XIX, a economia se torna uma ciência rigorosa, englobando o conjunto dos fatos humanos e adotando metodologia científica.

Também a **Sociologia**, com Augusto Comte se torna ciência: a ciência dos fatos sociais, dos costumes, das instituições e das crenças coletivas. Émile Durkheim tenta transformar a sociologia em disciplina objetiva, considerando os fatos sociais como coisas; entretanto, somente com a contribuição de Marx Weber se completa o círculo do **positivismo**, o qual até hoje tem grande significado nos estudos de **comunicação**.

¹¹ Idem, idem.

Mas é ainda com a contribuição de K. Marx, através do conceito de **modo de produção**, que a sociologia irá se desenvolver de modo significativo, mudando a maneira de conhecer a sociedade humana.

O PROBLEMA DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

No século XVII, a emergência de uma nova ordem econômico-social traz à luz uma nova realidade cultural: a raiz do pensamento moderno é pautada pela necessidade de **evitar erro**. Essa preocupação centraliza as reflexões não apenas no conhecimento do **ser** (metafísica), mas, sobretudo, no problema do **conhecimento** (a epistemologia).

A grande discussão que permeia o período é a relação entre o **sujeito cognoscente** (o sujeito que conhece) e o **objeto conhecido**. Isto coloca uma questão: **o conhecimento é uma dualidade de sujeito mais objeto, que se expressa numa relação**. O sujeito tende para o objeto e dele se “apossa” pelo pensamento, assim como o objeto “determina” o pensamento do sujeito. Mas qual é o critério para se ter certeza de que haja concordância entre sujeito e objeto? Este é um dos grandes problemas da Teoria do Conhecimento: saber quais as maneiras, os **métodos** de que o homem pode se valer para saber se um conhecimento é ou não verdadeiro.

As soluções apresentadas a essa questão originaram o **racionalismo** e o **empirismo**. O nome de **Descartes**, o pai da filosofia moderna, está ligado ao racionalismo, que converte a **dúvida** em método: “Se duvido, penso; se penso, existo”. O nome de **Francis Bacon** está ligado ao empirismo, o qual, ao contrário do racionalismo, enfatiza o papel da experiência sensível no processo de conhecimento. Outro nome ligado ao racionalismo é **Locke**, teórico do **liberalismo**, mas que, ao ler Descartes, recria o seu método enfatizando o papel do objeto, enquanto que no **cartesianismo** a ênfase está no **sujeito**.

No Século XVIII – conhecido como Século das Luzes – cresce o poder da razão de **reorganizar** o mundo. É a filosofia

iluminista. O método experimental fecundou diferentes campos de pesquisa fazendo nascer as ciências particulares, aliadas da **técnica**. Com isto surge o novo homem, o **construtor**, o artífice do futuro. Este novo homem é capaz de transformar a natureza **dessacralizada**. O Iluminismo, **na política**, critica o Absolutismo, propõe as teorias **contratualistas**; na **economia** são preconizadas as leis naturais. São as idéias do liberalismo clássico. É a nova ordem burguesa fortalecida pela expansão capitalista: o Século XVIII é rico em revoluções burguesas: a partir da Revolução Gloriosa na Inglaterra em 1688, desencadeiam-se várias revoluções de caráter burguês: em 1789, a Revolução Francesa; em 1776, a emancipação dos EUA e até mesmo na colônia lusa, o Brasil, há uma tentativa de libertação da metrópole: a Inconfidência Mineira, em 1789.

Na filosofia, destaca-se o **criticismo kantiano**: a crítica da razão, a qual pretende superar a dicotomia presente na época entre o racionalismo e o empirismo. Para Kant, o conhecimento deve constar de juízos universais, da mesma maneira que deriva da experiência sensível: o conhecimento é constituído de **matéria e forma**: a matéria, coisas (objeto) e forma (experiência sensível). É um pensamento **idealista transcendental**, isto é, anterior a toda experiência. Trata dos conceitos **a priori** dos objetos.

Após Kant, surgem duas linhas divergentes: a linha materialista defendida por Ludwing Feuerbach e a linha positivista defendida por Auguste Comte.

O NASCIMENTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

A evolução do pensamento científico desenvolvido ao longo dos séculos resultou no nascimento das Ciências Humanas. Estas, provocaram uma verdadeira revolução, transformando o lugar do ser humano, recolocando-o de novo no centro do processo de conhecimento, não apenas como

objeto, mas como sujeito deste processo. Se, com Copérnico, o homem deixou de estar no centro do Universo, com Darwin, o homem deixou de ser o centro do reino animal e com Freud, deixou de ser o centro de si mesmo; entretanto, com Marx, o homem deixou de ser o centro da História para ser o seu condutor. O homem, ao caracterizar-se como **sujeito e objeto** do processo histórico, revela a natureza complexa das Ciências Humanas.

As dificuldades das ciências humanas centram-se nesta complexidade que é inerente aos fenômenos humanos. Outras dificuldades são a questão da experimentação e a questão da subjetividade.

Nem mesmo com a escola positivista estes problemas puderam ser resolvidos; ao contrário, aumentaram as crises nas Ciências Humanas¹².

A **fenomenologia**, que critica o positivismo, abre caminho para a reflexão de filósofos como **Heidegger, Jaspers, Sartre, Merleau-Ponty**, entre outros, como seguidores de **Husserl**. Este filósofo afirmava que o positivismo gerou a crise da filosofia, a crise das ciências e a crise das ciências humanas. Então, propõe recomeçar radicalmente na ordem do desenvolvimento do saber. Aqui seria retomada a questão clássica da filosofia: relação **sujeito-objeto**. O racionalismo enfatiza o papel do **sujeito que conhece**; o empirismo privilegia a determinação do **objeto conhecido**. Daí, em ambos os casos permanece o dualismo psicofísico da separação **corpo/espírito e homem/mundo**. A fenomenologia propõe a superação dessa dicotomia, afirmando que **toda consciência é intencional**.

Isto significa que não há pura consciência separada do mundo, mas toda consciência tende para o mundo; da mesma forma, não há objeto em si, independente de uma consciência que o perceba. Daí resulta, ainda, que o objeto em si, independe de uma consciência que o perceba. Daí resulta

¹² Hugo Calello e Suzana Neuhaus. *La investigación en ciencias humanas*.(metodo y teoría crítica) Caracas: Tropicus, 1990.

que o objeto é um **fenômeno**, algo que “aparece” para uma consciência. Assim, não há fatos objetivos, pois não se percebe o mundo como um dado bruto, desprovido de significados: o mundo que percebo é um mundo “para mim”. Daí a importância dada ao **sentido, à rede de significações** que envolve os objetos percebidos: a consciência vive imediatamente como doadora de sentido.

O positivismo criou o mito da cientificidade: o saber que ele constrói passa a ser o único que tem autoridade; portanto, o **poder** pertence a quem possui **saber**. Cria-se com isto o famoso “discurso competente”, e o “mito do especialista”. Daí decorre que se há um discurso competente, há também um **discurso incompetente**, cujo não saber supõe a aceitação passiva do discurso do saber. Outra consequência é a **fragmentação do saber** em campos compartimentados: “O especialista é aquele que sabe tanto de uma parte, até saber tudo de nada...”¹³ O positivismo gerou também o **mito do progresso**: em seu nome tudo é permitido.

Nesse contexto, qual o papel da filosofia? O papel da filosofia é reunir o que está separado, fragmentado, dando um sentido de totalidade e de unidade ao homem e suas ações. Sem a interferência da filosofia, o mundo cognoscível seria um conjunto de forma de parcialidades, onde o conhecimento científico não teria a visibilidade necessária para gerar transformação.

¹³ Hugo CALLELO, op.cit.

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA
E SUAS CONTRADIÇÕES**

A PRODUÇÃO CIENTÍFICA E SUAS CONTRADIÇÕES¹⁴

A unidade do enfoque interdisciplinar nas ciências sociais – a produção científica – desde sempre suscitou grande polêmica devido a sua complexidade e suas conexões com Filosofia, Ciência Natural e Ciência Social ou Ciências Humanas.

O primeiro grande desafio para o pesquisador é estabelecer a unidade de tipo teórico e polêmico entre aspectos que, nas Ciências Sociais, estão isolados ou dissociados. Já houve tentativas de fusão; entretanto, estas são de caráter generalizador e não definem um nível adequado de aprofundamento nem na totalidade, nem na particularidade de cada etapa do processo de conhecimento.

Neste primeiro problema, o que se destaca é a questão da unidade entre teoria e método no campo das Ciências Humanas. Trata-se de um problema de continuidade, profundidade e controvérsia teórica e metodológica, o qual é necessário que os pesquisadores tenham sempre presente para manter os “princípios” do conhecimento científico que devem ser aplicados, os “instrumentos” deste conhecimento e os “resultados” obtidos neste processo.

Um dos vazios encontrados nos textos sobre a pesquisa científica relaciona-se com o caminho seguido pelo pesquisador: quais as dúvidas teóricas, como se chegou teoricamente à objetivação do processo de investigação, como este foi discutido

¹⁴ Idem, *ibidem*.

no seio da teoria e como se encadeiam as articulações entre o *hipotético-conceitual* (instância específica da teoria) e o *real* (o objeto concreto da pesquisa), através da confrontação de proposições particulares, derivadas da teoria, com a área específica fenomênica objeto de estudo. Ou seja, qual é a contribuição da pesquisa para ampliar o campo do conhecimento. No caso específico do conhecimento científico nas Ciências Humanas esse aspecto é ainda mais problemático.

O que interessa aqui é a idéia de *unidade*; uma unidade integradora, não apenas entre as *etapas* do processo de pesquisa (a unidade entre teoria e método), mas também da natureza mesma das Ciências Humanas. Esta proposição é uma posição de crítica permanente ao pragmatismo e ao empirismo na sua tendência à parcialização e à fragmentação do conhecimento, tendência que pode ser considerada fundamental numa “concepção particular do mundo” e tão atuante nas Ciências hoje.

Outro problema que deve ser colocado numa pesquisa é seu caráter inter-disciplinar e inter-problemático. Todo processo de investigação em um campo das ciências sociais é, ao mesmo tempo, **unitário-universal** e **específico-particular**. Nesse sentido, é necessário discutir o que tem sido considerado como setores isolados e específicos no campo das Ciências Humanas com uma “metodologia própria”. Esta posição é válida para o conhecimento em disciplinas como a antropologia, a história e a sociologia no sentido de promover a discussão entre as diferentes concepções e tarefas da ação psicológico-científica.

Esta proposta refere-se, fundamentalmente, a posições segundo as quais o “sociológico”, por sua especificidade, não deve entrar no campo da Psicologia; que o que pertence ao “antropológico”, nada tem a ver com o “sociológico” e muito menos com o “filosófico”, ou que o campo da História nada tem a ver com uma análise de estrutura de conteúdo real do “presente”, como se passado, presente e até mesmo futuro, nada tivessem a ver com a História.

Esta oposição entre o “parcial” e o “total” corresponde à raiz fundamental da Filosofia Moderna, expressada na

triplidade Kant-Hegel-Marx. Este problema opera na produção de conhecimento, dado que os cientistas não buscam indagar nas fontes filosóficas para se auto-conhecer e se auto-situar no terreno da teoria.

O conflito que sacode o panorama da ciência contemporânea, parte da diferenciação de Kant entre **noumeno**¹⁵ e **fenômeno**, a partir da qual se constrói uma visão dualista no campo do conhecimento. O **noumeno** – realidade inteligível, objeto da razão, por oposição à realidade sensível – refere-se a *especulações ontológicas* – a existência em geral –, segundo as quais o conhecimento (gnoseológico) não existe como processo racional e não pode existir como tal. Restringe-se à racionalidade, o gnoseológico e o epistemológico apenas ao campo do fenomênico, dos objetos sensíveis. Para Kant, só o **fenômeno** – o sensível – tem possibilidade de ser conhecido; assim, o **noumeno** – a essência – escapa ao conhecimento.

A partir da proposta kantiana, Hegel, criticando Kant, consegue fundir e mostrar a vinculação que existe entre o processo global do conhecimento (do abstrato e concreto do conceito) e a vida cotidiana (o real, a liberdade individual e o Estado).

Marx, por sua vez, analisa criticamente o texto hegeliano para entender sua concepção da teoria, da ciência e também da política. Entretanto, esta polêmica aparece resolvida em Antonio Gramsci, em cujo pensamento se vê claramente esta integração na noção de “bloco histórico”. Nesta noção, desaparecem a dissociação e a fragmentação e aparece um modelo depurado, baseado no conceito de “modo de produção” de Marx; é este conceito que pretende captar a realidade em termos de totalidade.

Este modelo supera a dualidade kantiana, a qual dissolve a realidade em fragmentos irreconciliáveis e que se corresponde com a noção tradicional do homem nos aspectos alma-e-corpo, noção que torna impossível todo conhecimento e toda racionalidade.

¹⁵ Idem, ibidem.

O MÉTODO, A CIÊNCIA E

A CONCEPÇÃO DO HOMEM

NO MUNDO

O MÉTODO, A CIÊNCIA E A CONCEPÇÃO DO HOMEM NO MUNDO

O método nas ciências em geral, como a própria noção de ciência, nasceu primeiro na filosofia, para depois encaminhar-se em direção ao conhecimento científico.

O MÉTODO EM FILOSOFIA¹⁶

O método em filosofia surge já no mundo antigo, com Sócrates no Século IV a.C. Sócrates propõe, através da **ironia** e da **malêutica** – que é inseparável da teoria platônica da reminiscência –, o procedimento de desconstruir o argumento, para construí-lo e assim descobrir as verdades; segundo ele, é o processo de parir as verdades, fazer seus interlocutores (re)descobrirem verdades que carregam sem saber. Platão transforma a **maiêutica** em um momento essencial da dialética, caminhando a partir do pensamento, do mundo sensível ao mundo das idéias. Aristóteles, ainda no mesmo século IV a.C., aperfeiçoa e sistematiza as descobertas dos seus antecessores, criando a lógica, ou seja, as regras do pensamento correto.

A influência de Platão e Aristóteles estará presente durante toda a época medieval na filosofia Escolástica, assim chamada por ser ensinada nas escolas eclesiásticas e nas universidades européias durante os séculos IX e XVII. A

¹⁶ Maria Lucia A. Aranha e Maria Helena p. Martins, op.cit.

Escolástica caracterizou-se por seu apego à teologia, tentando conciliar a fé e a razão, ou seja a Bíblia e Aristóteles, do que só recolheu ecos vagos. Sua mais clara influência foi o neoplatonismo de Santo Agostinho. A Escolástica tardia acabará sendo desacreditada de tanto se sutilar em discussões abstratas, cedendo lugar à filosofia moderna representada principalmente por René Descartes¹⁷.

No século XV com Descartes, surge o **método** em filosofia. Se antes, ele já existia, agora é questionado como tal. É a descoberta da subjetividade: o conhecimento do mundo não se faz sem levar em conta o **sujeito que conhece**. (Penso, logo existo). Do pensamento cartesiano, derivam duas correntes: o racionalismo e o empirismo, que nos dois séculos seguintes estarão se enfrentando.

Para o racionalismo, o pensamento racional é capaz de alcançar a verdade absoluta na medida em que suas leis são igualmente aquelas às quais o real obedece. O racionalismo absoluto é representado por Descartes, que se fundamenta nos ensinamentos de Platão. O empirismo significa qualificar qualquer doutrina filosófica que admite que o conhecimento humano deduz tanto seus princípios quanto seus objetos ou conteúdos, da experiência. É, em geral, oposto às diversas formas de racionalismo. Tem em Locke, Hobbes, Hume, Berkeley e Leibniz, seus principais representantes.

Kant, no Século XVIII desenvolve o **criticismo**, a crítica da razão; no século seguinte, Comte, através do **positivismo**, considera apenas o fato positivo (aquele que pode ser medido e controlado pela experiência), o único digno de consideração. Seu método ressurgiu no séc. XX no neopositivismo como Wittgenstein e Carnap.

Ainda no Século XIX surge o **método dialético**, inicialmente com Hegel na versão idealista e depois com Marx e Engels na proposta materialista. No final do século,

¹⁷ Gerard Durozoi e André Roussel. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papyrus, 1993.

Husserl inicia o **método fenomenológico**, na tentativa de superar a cisão entre o racionalismo e o empirismo. Pertencem a esta escola: Heidegger, Jaspers, Merleau-Ponty e os existencialistas Sartre, Camus. Em alguns destes autores, há um entrelaçamento com o método dialético. Estes autores influenciariam grande parte do pensamento no Século XX, quando surge o **estruturalismo**, principalmente influenciando a lingüística (Saussure, Jakobson), a antropologia (Lévi-Strauss), a psicanálise (Freud, Lacan) e a crítica literária (Roland Barthes)¹⁸.

A LÓGICA FORMAL E A LÓGICA DIALÉTICA

Como parte do método em filosofia, pode-se acrescentar a lógica formal e até a lógica dialética. Às perguntas de origem filosófica, a ciência procura dar respostas.

Qual a origem do conhecimento? Qual sua essência? Qual é o critério da verdade? É possível o conhecimento? Estas são perguntas que preocupam os filósofos, mas estão longe do interesse da lógica. A lógica é uma **ciência preliminar**, uma introdução ao raciocínio filosófico.

É o instrumento que permite o caminhar rigoroso do filósofo ou do cientista. É a verdade da argumentação. O instrumento para se proceder corretamente no pensar; até Aristóteles, a lógica organiza os elementos pertinentes ao argumento, como dedução, indução, analogia, sofismo, silogismo etc. Mas a lógica formal não responde nenhuma daquelas perguntas formuladas pela filosofia; pode ser considerada um modelo de rigor, mas por outro lado, é **estéril** pois não acrescenta nada ao conhecimento adquirido, organizando-o apenas. A lógica formal é apenas **demonstrativa**.

A lógica formal não pode romper o círculo por ela mesma criado porque não tem poder para explicar a totalidade do

¹⁸ Maria Lucia A. Aranha e Maria Helena P. Martins, op.cit.

conhecimento, ou seja, o teor das operações intelectuais que produzem o conhecimento. A lógica formal, ao considerar as contradições como um equívoco do pensamento, condena-se a ser a lógica da superfície da realidade, da imobilidade das coisas, da intemporalidade dos fenômenos¹⁹.

A lógica aristotélica prevalece até o século XIX, apesar das críticas. Duas descobertas do século XVI introduzem um instrumento na raiz do pensamento científico: a geometria analítica de Descartes e o cálculo infinitesimal de Leibniz.

Com Bacon, no século XVII nasceram os fundamentos do empirismo. Bacon reflete o espírito da Idade Moderna, que prestigia a técnica, a experiência e a observação dos fatos. As preocupações com o método das ciências são retomadas por Stuart Mill no século XIX.

No final do Século XIX, Whitehead funda a lógica simbólica, que é desenvolvida depois por Bertrand Russel. Esta lógica acrescenta sinais (símbolos) à lógica aristotélica para facilitar as pesquisas, dificultada pelos diferentes idiomas.

A lógica aristotélica baseia-se no princípio da **identidade**: o que é, é; o que não é, não é. Parte de uma **concepção estática da realidade**, a qual se explicaria por meio de noções absolutas, onde não é possível a contradição.

A filosofia tradicional é fundamentada na lógica formal aristotélica, portanto, numa visão estática da realidade. Só depois de algumas descobertas científicas foi possível aceitar a nova percepção do mundo: a descoberta da célula e da lei da conservação e transformação da energia – a energia não pode ser criada, nem destruída, mas transformada; a lei da evolução das espécies. Estas descobertas mostraram que o mundo está em movimento, que o mundo é transformação; a estabilidade é apenas aparência.

A lógica formal continua existindo no âmbito das correlações imediatas da observação direta dos fatos. Mas torna-

se insuficiente quando é preciso passar para um grau superior de generalidades, onde existam categorias de totalidade e relações recíprocas.

A essa lógica fundada numa visão metafísica do mundo, contrapõe-se a **lógica dialética**, que parte do **princípio da contradição**, segundo o qual, a realidade é essencialmente **processo**. O movimento da realidade se explica pelo antagonismo entre dois movimentos denominados **tese** e **antítese**, cuja contradição deve ser superada pela **síntese**. Esta, tornando-se nova tese, gera sua antítese, que é superada por nova síntese e assim por diante.

A lógica dialética é o sistema de pensamento racional que reflete fidedignamente o movimento real das transformações que se passam no mundo exterior, físico e social. A dialética mostra como o pensamento teórico, o mundo das idéias, a reflexão abstrata não existe jamais separada do plano objetivo, e portanto, desligado da prática ou sem utilidade para esta²⁰. A lógica dialética surgiu no século XIX com Hegel. Em seguida, Marx e Engels adaptaram a dialética à filosofia materialista.

O vocábulo **dialético** expressa a idéia de **dualidade, troca: diálogo**, com dualidade de razões. A dialética, surgida na antigüidade clássica, percorre um longo caminho até chegar a Hegel, o qual sendo **idealista** privilegia a **Idéia**, (o pensamento) sobre a **realidade**, o concreto.

Deve-se a Hegel a estruturação da dialética nos três momentos:

- o da identidade (tese);
- o da contradição ou negação (antítese);
- o da positividade, ou negação da negação (síntese).

Marx e Engels retomam a dialética idealista de Hegel e fundam a **dialética materialista**:

¹⁹ Álvaro V. Pinto, op. cit., pp.15-44.

²⁰ Idem, ibidem, p.42.

“A dialética é a ciência das leis gerais do mundo, tanto do mundo externo como do pensamento humano.”²¹

◊ que isto significa? Que o mundo material está em **constante movimento** e as coisas estão em relação recíproca; ou seja: nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente. Daí, o conceito de **totalidade**, importante para entender a visão materialista da sociedade. Assim, à visão metafísica do mundo, os marxistas contrapõem a dialética.

Para Engels, a dialética se expressa através de três leis:

1 – a lei da passagem da quantidade à qualidade (evolução: quantitativa; revolução: qualitativa);

2 – a lei da interpretação dos contrários (dois polos contrários são inseparáveis: a unidade dos contrários que entram em atrito, gerando o: novo): o exemplo do ovo.

3 – a lei da negação: surgimento do novo

Para Stalin²², são quatro os princípios:

1 – O princípio da totalidade, segundo o qual nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido, se estudado isoladamente, devido à relação causal existente entre eles;

2 – O princípio do movimento, segundo o qual a dialética olha a natureza não como um estado em repouso e imobilidade, de estagnação e imutabilidade, mas como um estado de movimento e de mudança perpétua, de renovação e de desenvolvimento incessante, no qual sempre alguma coisa nasce e se desenvolve, se desagrega e desaparece;

3 – O salto qualitativo, da quantidade à qualidade;

4 – O princípio da luta dos contrários.

²¹ Maria Lucia A. Aranha e Maria Helena P. Martins, op.cit.

²² J. Staline. *Lé materialisme dialectique et lé materilaisme historique*. Apud: Fernando Roseroii. *La investigación sócio-económica en el Ecuador*(introducción). Quito: Puce, 1982, pp.37.

Por sua vez, Lênin²³ coloca o problema da definição dos princípios da Dialética Materialista a partir de uma leitura crítica da Ciência da Lógica de Hegel e enumera dezesseis elementos:

1 – Objetividade da consideração (a coisa em si).

2 – Todo o conjunto das múltiplas relações dessa coisa com as outras coisas.

3 – O desenvolvimento dessa coisa (seu próprio movimento, sua própria vida).

4 – As tendências (e os aspectos) internas contraditórias nessa coisa.

5 – A coisa (fenômeno etc.) como soma e unidade dos contrários.

6 – A luta respectiva e desenlace dos contrários, tendências contraditórias.

7 – A união da análise e da síntese – a ruptura das partes e a totalidade, a soma dessas partes.

8 – As relações de cada coisa (fenômeno etc.) não somente são simples, mas gerais, universais. Cada coisa (fenômeno, processo etc.) , está vinculada com todas as demais.

9 – Não só a unidade dos contrários, mas a transição de cada uma das determinações, qualidades, características, aspectos, propriedades, em cada um dos outros.

10 – O infinito processo de descobrimento de novos aspectos, relações etc.

11 – O infinito processo de aprofundamento do conhecimento das coisas pelo homem, de seu conhecimento dos fenômenos, os processos, que vão da aparência à essência e da essência menos profunda à mais profunda.

²³ Idem, idem.

12 – Da coexistência à causalidade e de uma forma de conexão e de interdependência a outra mais profunda, mais geral.

13 – A repetição, numa etapa superior, de certas características, propriedades etc., do anterior e,

14 – Ao aparente retorno ao antigo (negação da negação).

15 – A luta do conteúdo com a forma e ao inverso. A negação da forma, a transformação do conteúdo.

16 – A transição da quantidade à qualidade e vice-versa.

Entretanto, isolando-se aqueles itens que enriquecem a Teoria do Conhecimento (1,7,10,11 e 1), os outros elementos podem ser sintetizados em três princípios:

1 – O princípio da totalidade

2 – O princípio do movimento

3 – O princípio da contradição

Por outro lado, a Dialética, para efeito de sua aplicação deve ser dividida em três partes:

a) gnoseologia, ou teoria do conhecimento. É o estudo da origem, organização e validade do mundo das idéias, enquanto representação de coisas objetivamente reais;

b) lógica dialética, que estuda a estrutura e o funcionamento dos processos segundo os quais as idéias se relacionam umas às outras em operações mentais. A dialética é a compreensão da totalidade do real, incluindo, portanto, as operações do pensamento.

c) epistemologia: representa a teoria da ciência, ocupando-se do resultado cognoscitivo obtido, cristalizado em determinada ciência²⁴.

²⁴ Idem, idem, pp.69.

Apesar de opostas e separadas no processo de produção de conhecimento, as duas lógicas atuam juntas: enquanto a produção da idéia é dialética, sua **expressão** é sempre formal.

A CIÊNCIA POLÍTICA COMO DISCIPLINA²⁵

Com Maquiavel (1469-1527) tem início a ciência política como hoje é entendida. Essa nova versão rejeita a política normativa dos gregos e propõe a verdade efetiva, ou seja, como os “homens agem de fato”. Os estudos de Maquiavel baseiam em induções da abordagem histórica que fez das épocas passadas. Ele constata que os homens agiram através da **corrupção** e de **violência**. Maquiavel dá um caráter utilitarista à política e cria uma teoria e uma técnica da política, entendida como disciplina autônoma; ele rejeita o legado ético-cristão e **seculariza** a política. Representa as tendências políticas de sua época, quando se formam as **monarquias nacionais**. Em sua obra “O Príncipe”, esboça o perfil do governante investido de **poder absoluto**. Ao criticar a moral cristã, Maquiavel é acusado de amoral, tendo em vista que em seu pensamento justifica qualquer tipo de ação na luta pelo poder.

A seguir, Hobbes (1588-1679) contribui com as idéias contratualistas; este pensador inglês defendeu o poder absoluto dos reis. Hobbes viveu no auge do **mercantilismo** como teoria econômica e o absolutismo era a teoria política mais adequada, pois as indústrias nascentes necessitavam de proteção do Estado para se firmarem; entretanto, na fase mais avançada deste processo, as idéias liberais pregadas pela burguesia nascente iriam desbancar o Absolutismo. O que estará em discussão não é a história, mas a **base legal do Estado**. Desta problemática irá se desenvolver toda a teoria política do período, que nasceu com Hobbes, passando pelos contratualistas e depois por Locke (1632-1704), até chegar a Rousseau (1712-1778). Tanto Locke como Rousseau já pertencem ao liberalismo, sendo que Rousseau é ligado ao con-

²⁵ Maria Lucia A, Aranha e Maria Helena P, Martins, op.cit.

ceito democrático do liberalismo. Sua proposição é a “democracia direta”. Suas principais idéias são expostas nas obras: “Discurso sobre a origem da desigualdade social entre os homens” e “Do contrato social”.

O pensamento político do período é marcado pela ascensão da jovem burguesia, e pela industrialização. Historicamente, o período culmina com a Revolução Francesa que iria ditar as normas a partir daí, dando as coordenadas para o avanço na construção do Estado burguês.

No Século XIX, com Hegel, aparece um novo conceito de história e de ciência política. Com a introdução da **dialética**, a **contradição** passa a ser o condutor da história. Dentro da **dialética Hegeliana**, idealista, o Estado sintetiza, numa realidade coletiva, a totalidade dos interesses contraditórios entre os indivíduos. Assim como a família é a síntese dos interesses contraditórios dos seus membros e a sociedade civil é a síntese que sugere as divergências entre as diversas famílias, o Estado representa a unidade final, a síntese mais perfeita que supera a contradição entre o público e o privado. Hegel coloca o Estado como fundamento da sociedade civil e da família: a sociedade civil só existe através do Estado. Enquanto para Locke e Rosseau o Estado se subordina à vontade do povo, para Hegel o Estado **funda** o povo e a soberania é do Estado.

A FUNDAMENTAÇÃO E A CRÍTICA DO ESTADO BURGUEÊS²⁶

Somente com o socialismo científico surge a crítica do Estado burguês. Antes de Marx, alguns pensadores já falavam de socialismo. As mudanças decorrentes do crescimento do capitalismo como **modo de produção** trazem, no século XIX, transformações no teor das doutrinas sociais. Marx e Engels as classificam como **socialismo utópico**, na medida em que elas irão contrapor o socialismo científico. Como

²⁶ Idem, idem.

antecessores do socialismo pode-se citar Sant-Simón, Fourier, Proudhon, Louis Blanc e Auguste Blanqui.

Pode-se afirmar que a dialética é “descoberta” por Hegel, não sendo possível negar que este ainda se colocava como **idealista**. Hegel terá significado para seus seguidores de esquerda: Daniel Strauss, Bruno Bauer, Marx Steiner e Ludwig Feuerbach. Dentre todos, Feuerbach será o mais arguto crítico de Hegel. Defendendo as teses materialistas e contrariando Hegel, Feuerbach afirma que todo conhecimento só será possível através do mundo material, sensível.

Marx e Engels aproveitaram a análise de Feuerbach e a ultrapassam ensinando que o mundo material é um **mundo em processo**, como uma matéria em vias de desenvolvimento histórico. Segundo Marx, o erro de Feuerbach foi analisar o **homem em abstrato**, desvinculado de sua realidade.

Marx e Engels formularam seu pensamento a partir da realidade social por eles observada: de um lado, o avanço técnico, o aumento do poder do homem sobre a natureza, o enriquecimento e o progresso; de outro, e contraditoriamente, a escravização dos trabalhadores, cada vez mais empobrecidos, a miséria, a exploração e o sofrimento do proletariado.

A partir desta observação e se valendo dos escritos de Ricardo, A. Smith e dos filósofos socialistas, estes pensadores desenvolvem a teoria marxista, composta pelo **materialismo histórico** (teoria científica) e **materialismo dialético** (filosofia).

Para o **materialismo**, o movimento é propriedade fundamental da matéria e existe independentemente da consciência. A matéria é um dado primário e é a fonte da consciência; a consciência é um dado secundário, derivado, pois é o reflexo da matéria. O **materialismo dialético** parte da consideração de que os fenômenos materiais são **processos**.

O Século XIX é o século da descoberta de novas formas de movimento: a **transformação da energia**, a descoberta da célula viva, a **evolução das espécies**. Se a matéria está em perfeita transformação, a abordagem da realidade só pode ser

feita de maneira dialética, que considere as coisas em sua dependência recíproca e em seu movimento.

Com o avanço da ciência e da técnica, principalmente a partir da experiência soviética, as questões teóricas referentes ao saber científico também avançaram. Aos estudos de Marx e Engels foram acrescentados dados de experiências concretas, os quais enriqueceram o materialismo dialético e o materialismo histórico. Uma destas contribuições é a análise marxista conhecida como **qualidade em sistema**, a qual complementa os estudos marxistas.

Segundo esta análise²⁷, a ciência conhece três variedades fundamentais de qualidades que determinam as diferentes propriedades e relações do mundo da matéria:

Primeiro gênero de qualidades: **naturais, material-estruturais** (baseia-se na multidão de propriedades, estados e formas, qualitativamente diferentes, da matéria – a terra, a flor, a água o granito o cavalo etc – e está determinada por seu status material-estrutural;

Segundo gênero de qualidades: **funcionais** (este tipo de determinação qualitativa se baseia em outro princípio, a especialização ou destino.). Este fenômeno observado pelo homem na natureza, constitui a base para a determinação de toda classe de qualidades sociais. Todos os objetos da 2ª. natureza, criada pelo homem, estão determinados precisamente por este princípio qualitativo. Por exemplo, uma mesa, uma cadeira: estes objetos podem ser fabricados com qualquer material, o qual não tem importância; o principal aspecto é o que deve corresponder à sua utilização, à sua função; é isto que determina sua qualidade nominal.

Terceiro gênero de qualidades: **em sistema**. Este terceiro gênero deve-se à ciência, principalmente a Marx. Em certo sentido, cada qualidade possui seu sistema, pois a qualidade sempre expressa uma nova determinação específica

ou genérica. Mas neste caso não se trata das relações em sistema simples, que resolvem, por exemplo, o fato de que o cavalo pertença à espécie “cavalos”, a mesa, à espécie das “mesas”; mas o que expressa a própria essência do princípio em sistema são as propriedades integrais do todo, irreduzíveis às propriedades de suas partes ou elementos. A diferença das duas primeiras determinações qualitativas – que estão sempre presente nos fenômenos materiais – seja como qualidade da própria matéria, seja como forma específica – estas últimas são qualidades de conjunto, ou integrais. Devido a isto, nos objetos e fenômenos concretos não estão materializadas com precisão e rigidez e figuram neles somente como um sintoma geral de sistema ou como “parte proporcional” do todo. Do ponto de vista comum, as qualidades em sistema não podem ser apreciadas através da simples observação, mas somente através da análise científica e, além disso, de uma análise que abarque o sistema em sua totalidade.

Sem o conhecimento das leis objetivas que caracterizam as qualidades e relações em sistema, todo estudo dos objetos complexos, como são os fatos sociais, se desviará, voluntariamente ou não, para a redução do complexo ao simples. Numa situação de crescente diferenciação das ciências, a análise em sistema se converte num elemento cada vez mais importante dos procedimentos metodológicos.

O legado de Marx e Engels foi fundamental para o entendimento de objetos complexos; ao estudar a sociedade como um todo único, foi aberto o caminho para a elaboração de uma metodologia capaz de dar conta do fenômeno social. Marx descobriu um grupo de meta-leis da existência em sistema e do desenvolvimento dos fenômenos sociais, entre elas, as qualidades sociais dos objetos, o caráter dual do trabalho, a natureza do valor, o trabalho abstrato etc., todo um complexo de variáveis que só podem ser decifradas mediante o estudo em sistema, isto é, o estudo da totalidade.

Marx demonstrou em seu trabalho, que a sociedade humana não representa uma simples soma de diversas esferas da vida social, cada uma delas autônomas, com suas

²⁷ Eramis Bueno, comp. La Habana: Centro de Estudios Demográficos, s.d.

próprias leis,mas ao contrário, é um organismo social único, íntegro, cujas leis em sistema são leis supremas, a medida das medidas de todas as leis mais particulares.

Em primeiro lugar, Marx estabeleceu o sistema social como um determinado tipo sócio-econômico e histórico concreto - como objeto de estudo- com um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas e com determinada formas de propriedade e de relações sociais.

Em seguida, descreveu os traços gerais e apresentou toda a história da humanidade como a história de sistemas sociais que se sucedem uns aos outros.

Em terceiro lugar, com o exemplo da formação sócio-econômica capitalista, revelou as leis do desenvolvimento deste tipo de sociedade, demonstrando como as leis e as condições gerais em sistema modificam todas as leis objetivas particulares do funcionamento e desenvolvimento social.

Em quarto lugar, a pesquisa das leis sócio-econômicas dos macro-sistemas sociais realizada por Marx fundou as bases da metodologia para o estudo em sistema dos fenômenos sociais.

O **materialismo histórico** não é mais que a aplicação dos princípios do **materialismo dialético** ao campo da história. É a explicação da história por partes materiais (econômicos, técnicos etc). O senso comum pretende explicar a história pela ação dos grandes homens, das grandes idéias ou pela ação divina; no marxismo, no lugar das idéias, estão os **fatos materiais**; no lugar dos heróis, a **luta de classes**. Marx chamou de **infra-estrutura** a estrutura material da sociedade, sua base econômica; e de **super estrutura**, a estrutura jurídico-política (Estado, direito) e ideológica (formas de consciência social). Assim, para estudar uma determinada realidade histórica, não se deve partir do que os homens dizem, imaginam ou pensam, mas da forma como produzem os bens materiais necessários à sua vida. Analisando o contato que os homens estabelecem com a natureza para transformá-la por meio do trabalho e as relações entre si, é que se descobre como eles produzem sua vida e suas idéias.

As principais relações de toda sociedade são as **relações de produção**, que revelam as formas pelas quais os homens se organizam através da **divisão social do trabalho**. A maneira pela qual as **forças produtivas** de organizam em determinadas relações de produção num dado momento histórico chama-se **modo de produção**. Assim, podem ser entendidos os diferentes modos de produção através da história da humanidade.Só a partir desta categoria científica é possível desvendar a essência de determinado modo de produção. Estas categorias encontram-se definidas na questão metodológica, a qual será tratada ao longo deste trabalho.

A HISTORICIDADE DO CONCEITO DE MODELO EM CIÊNCIAS HUMANAS²⁸

Para o estudo das sociedades, o conceito de modelo deve, necessariamente, corresponder à historicidade da qual o objeto faz parte.

Apesar das afirmações anteriores sobre a idéia de unidade entre teoria, método e concepção de homem e do mundo, é necessário aqui examinar por que o método hipotético-dedutivo pode ser mais adequado para o trabalho de pesquisa nas Ciências Humanas. Considera-se que o modo dedutivo de aproximação ao objeto de estudo, permite a continuidade da proposta teórica, desde a articulação de um conjunto de hipóteses no plano conceitual, até a confrontação com o “concreto” que é estudado no plano fenomenológico. Que o concreto não existe como “fato em si”, mas é somente aparência se separado das múltiplas relações que o determinam e que o “concreto” é, também, de natureza teórica. O “real concreto”, o fato passível de ser medido, é o resultado de uma síntese na qual o imediato sensível não é senão o aspecto tangível e palpável do concreto, pertencendo, inclusive, ao reino do sentido comum. Assim sendo, o fato fundamental da teoria

²⁸ Hugo Calello e Suzana Neuhaus, op. cit.

do conhecimento é o circuito indutivo-dedutivo. São duas fases interpenetrativas do mesmo processo: a indutiva (aférente, perceptiva, ideativa, generalizadora, conceitual e sintética) e a dedutiva (eferente, operatória, conclusiva, particularizadora, discursiva e analítica). A indução é receptiva e termina pela produção da idéia a partir da experiência, encerrando-se com a formação do universal abstrato, constituindo o semicírculo indutivo; a dedutiva é a atividade operatória, que desce da idéia universal ao reconhecimento do particular a que ela se aplica, e se exprime na ação transformadora exercida sobre ele e por isso integra a parte do ato unitário do conhecimento.²⁹

O pensamento, em ato, soma o universal ao particular, une-os e identifica-os com dois momentos de uma só operação cognitiva. Posteriormente, os dois serão extraídos pela reflexão sobre o ato unitário do conhecimento. Assim, o particular é ao mesmo tempo o universal, porque seu conteúdo inteligível pode refletir-se no pensamento em forma de idéia. Por conseguinte, a definição clássica da indução como passagem do particular ao universal, e a da dedução como o trajeto oposto, são válidas, enquanto esquemas dos procedimentos gnoseológicos, através dos quais o pensamento transita em sentidos contrários.

Mas num caso e noutro, o particular e o universal, como forma de síntese do sujeito e do objeto no pensamento, estão conjuntamente presentes em todos os momentos do ato cognoscitivo³⁰. Não é demais frisar que ambas as operações atuam no campo da abstração.

Segundo Kosik³¹, “só mediante a abstração, a tematização e a projeção se podem isolar deste mundo real, pleno e inesgotável, determinados aspectos, zonas ou esferas, que o materialismo ingênuo e o positivismo consideram

como os *únicos* e *autênticos*, e como a única realidade, enquanto se desfazem do ‘resto’ como uma subjetividade”. É por isso que é necessário concordar com Bunge³², para quem o “conhecimento científico transcende aos fatos”, porque vai mais além do tangível e desenvolve conceitos com o fim não de descobrir a experiência, mas de explicá-la por meio das teorias. Isto quer dizer que é necessário passar do campo do meramente passível de ser observado, levando o pesquisador a mover-se permanentemente no terreno do *teórico*, já que deduzindo proposições particulares das hipóteses gerais, muda-se o grau de observação, mas nunca sua índole teórica.

O “fato” enunciado como particular obtém seu sentido de totalidade e concretude quando forma parte deste todo hipotético-dedutivo no qual se acha imerso.

Nesta atitude, passa-se a fronteira da aparência, levando o pesquisador a assombrar-se com a simplicidade do conceito particular que é manejado e que contém, entretanto, toda a complexidade do real.

Estas argumentações reforçam a crítica ao empirismo pela fragmentação que faz do conhecimento, tomando o fenômeno e analisando-o como realidade total e estudando suas relações exteriores com outros fenômenos, ficando na mera aparência. **Generalizando** a partir do fato particular fragmentado (ver os estudos sobre “Comunicação” no Brasil) para chegar a uma regressão infinita, a generalizações cada vez maiores sobre realidades já mutiladas de antemão. **Induzindo** em lugar de conceituar hipóteses a partir da observação; **desqualificando** a teoria e os aspectos chamados pejorativamente “especulativos”, plasmados em “constructos” que representam, em realidade, a história e a gênese do estudado. **Desqualificando** os “por que” e ressaltando somente os “que” e “como”. **Dando** como resultados fragmentos de ciência, para aplicá-los e obter transformações também fragmentárias da realidade.

²⁹ Álvaro Vieira Pinto, op. cit., p.33-35.

³⁰ Idem, idem, pp.390.

³¹ K. Kosik, *Dialéctica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1971.

³² M. Bunge. *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Ayres: Siglo XXI, 1975.

A crítica à fragmentação, o uso da indução e a concepção da realidade da qual parte o empirismo, se complementam com a crítica ao uso do método experimental que fazem as mesmas correntes, partindo de uma confusão entre ciência natural e ciência social, aplicando nesta, os métodos daquela.

4

OS MODELOS ANALÍTICOS

Na história da humanidade, o *momento conceitual* expressa a capacidade do homem para libertar-se da atadura material, mas não da explicação mágica. Uma explicação inicialmente mágica pode ser parcial e progressivamente substituída só quando o homem começa a adquirir o domínio da condição que lhe vai permitir dominar as verdadeiras causalidades e, através delas, submeter o meio até chegar a dissolver - depois de muitos anos - sua partícula constitutiva essencial: *o domínio pleno de sua razão*. Assim, o *momento racional* no processo histórico do conhecimento é o momento no qual as explicações e crenças baseadas no mágico-religioso adquirem sua verdadeira dimensão operando em níveis relativos, mas deixando de ser padrões absolutos de relação com as coisas. Quebra-se irreversivelmente a submissão dos "homens vulgares" aos homens iluminados transcendentalmente por uma vontade teocêntrica, para serem os "homens sábios". Se Galileu ao inventar o telescópio, o considerasse como um objeto mágico para aproximar o distante por vontade de Deus, não teria sido perseguido pela Inquisição.

Mas ao explicar os princípios de um jogo de lentes que qualquer homem, com instrumentos simples e com sua inteligência, podia fabricar e combinar, estava colocando as coisas fora do lugar. Estava mostrando que o conhecimento não é uma coisa externa às coisas, que permite ao pesquisador chegar parcialmente à sua realização, sem penetrar

³³ Hugo Calello e Suzana Neuhaus, op.cit.

as causas de seu movimento. Que, ao contrário, “conhecer é transformar”, penetrar as causas dos fenômenos e portanto, descobrir o poder de modificá-los. Questões antes reservadas só a Deus e a seus iluminados, agora estava ao alcance do homem comum. A partir desta perspectiva o poder da ciência na história é nada menos que aquele de realizar a própria história.

O desenvolvimento das Ciências Sociais, a obscuridade de seu nascimento real contrasta com a aparente “clareza” de seus enunciados biográficos. Augusto Comte é o precursor-fundador da Ciência Social, na medida em que define a “Sociologia” como o ponto alto do desenvolvimento das ciências no século XIX; Herbert Spencer dá continuidade a seu trabalho ao postular a teoria da transformação permanente da sociedade. Mas Spencer e Comte são apenas os precursores. Deslumbrados pelos revolucionários avanços da biologia, da física, da mecânica, pretendem analisar a sociedade como um “organismo” similar aos biomecânicos. Confundem a natureza complexa do objeto de conhecimento social, promovendo a primeira visão reducionista da totalidade social à unidade sistêmica. Suas proposições metodológicas carecem de identidade própria e autônoma. Os verdadeiros fundadores das Ciências Sociais a partir da perspectiva de um “método sociológico” com identidade própria, são Max Weber, Émile Durkheim e Wilfredo Pareto. São os fundadores de suas premissas metodológicas mais importantes.

Durkheim e Weber apontam para uma ciência com identidade própria. Um, dentro de um intento quase teleológico de transformação da realidade progressivamente distante das “pautas morais”; o outro, de uma passividade analítica, na qual a “compreensão” define a simples constatação da transgressão a uma racionalidade ideal, mas tendencialmente necessária para o equilíbrio da sociedade.

Wilfredo Pareto é o tipo clássico de teórico sem dúvidas, que acredita haver chegado a formular um modelo interpretativo da sociedade, o qual se ajusta à realidade e que, por outra parte, descreve o caráter de “equilíbrio permanente” que o sistema social tem.

TEORIA SOCIAL, IDEOLOGIA BURGUESA E ALIENAÇÃO

TEORIA SOCIAL, IDEOLOGIA BURGUESA E ALIENAÇÃO³⁴

Para entender a teoria social no contexto de produção do conhecimento científico não se pode prescindir do entendimento do papel que a ideologia burguesa – e a sua correlata, a alienação – desempenham neste mister.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações -idéias e valores- e de normas ou regras de conduta que indicam ou prescrevem aos membros de uma sociedade, **o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir**, etc. É portanto, um corpo explicativo (com representações) e prático, (com normas, regras, preceitos de caráter prescritivo, normativo, regulador), cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes, uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais. Tem a função de apagar as diferenças como classe e fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social. Ou seja, a ideologia burguesa tenta encobrir com conceitos como Humanidade, Liberdade, Igualdade, Nação, Povo, Estado, a profunda divisão existente na sociedade de classes, onde os interesses são antagônicos e irreconciliáveis.

Para denunciar o discurso ideológico é necessário produzir um contra-discurso que revele as contradições internas da ideologia. Este é o papel da **teoria**: está encarregada de desvendar os processos reais e históricos que originam a

³⁴ Maria Lucia A. Aranha e Maria Helena P. Martins, op.cit.

dominação de uma classe sobre a outra, enquanto a ideologia visa exatamente o contrário, a dissimulação dessa diferença.

A teoria estabelece uma relação dialética com a prática: uma relação de reciprocidade e simultaneidade e não uma relação hierárquica como na ideologia. A filosofia cumpre um importante papel na crítica da ideologia. A ideologia fundamenta-se ainda, no processo de reificação. Do ponto de vista da filosofia, a reificação é a tendência de transformar em coisas verdadeiras, representações mentais, onde noções abstratas são concebidas como objetos. Entretanto, K. Marx dá uma explicação mais profunda e realista sobre a reificação nos seus estudos sobre o capital, relacionando-a com o fetiche da mercadoria.

O que faz com que os homens não percebam o processo de reificação e não reajam prontamente à exploração é a ideologia. À medida que o modo de produção vai sendo superado, a elite dominante procura retardar a transformação, mantendo o modo de produção caduco com suas superestruturas, disfarçando as contradições, dissimulando as aparências e apresentando soluções reformistas, impedindo, assim, que as classes oprimidas formem a sua própria consciência de classe. Por exemplo: difunde-se a idéia de que as chances são iguais para todos na sociedade democrática e de que pelo trabalho e poupança é possível a ascensão social; considera-se o Estado uma instituição que visa o interesse geral e que a lei é igual para todos.

O que se oculta é que se uma empregada doméstica é ignorante, isto não é a causa, mas a consequência das condições inadequadas de educação a que ela não pode escapar; que as "qualidades" de um operário-padrão o impedem de ter consciência do nível de submissão a que está reduzida sua classe; que o salário pago pelo trabalho, oculta a mais-valia e, portanto, a perenização da situação de proletário; que o Estado é a expressão dos interesses das elites dominantes e que a lei é feita por estas elites e para o seu benefício.

O conceito de alienação aparece em toda a história da filosofia, ora com contornos religiosos, ora metafísicos, ora

morais, recorrendo-se ainda a categorias como "natureza humana", "queda", "falta", "mal". Marx rejeita as explicações que se valem do conceito de consciência e a elas opõe a análise das condições reais do trabalho humano: é na vida econômica que alienação tem origem. Nesta visão científica da sociedade humana, o conceito de **mais-valia** é fundamental para explicar o capitalismo. O sistema capitalista consiste na **produção de mercadorias**: mercadoria é tudo o que é produzido não tendo em vista o **valor de uso**, mas o **valor de troca**, isto é, a venda do produto. No capitalismo, o operário se distingue dos escravos e dos servos por receber um salário a partir de um contrato livremente aceito entre as partes. Mas ele produz muito mais que o correspondente a este salário. A parte do **trabalho excedente** que não é paga ao operário, aumenta o capital do patrão. Chama-se **mais-valia**, ao valor que o operário cria além do valor de sua força de trabalho que é apropriada pelo capitalista. Quando o trabalhador vende no mercado sua força de trabalho, o produto não mais lhe pertence e adquire uma existência independente do trabalhador.

Mas a perda do produto determina outras perdas para o trabalhador: ele não mais projeta ou concebe aquilo que vai executar (dá-se a dicotomia concepção-execução do trabalho, a separação entre o pensar e o agir); com o aceleração da produção, provocado pela crescente mecanização do trabalho, o trabalhador cada vez mais perde o controle sobre sua atividade; o ritmo do trabalho é dado exteriormente e não obedece ao próprio ritmo natural de seu corpo. O produto de seu trabalho surge como um poder separado do trabalhador, como uma realidade soberana e tirânica que o domina e ameaça. A esse processo, Marx chamou fetichismo da mercadoria.

A palavra "fetiche" tem a mesma raiz que feitiço, que do ponto de vista místico e religioso significa um artefato com forças estranhas, capaz de exercer poder sobre crentes e adoradores. Da mesma forma, a mercadoria surge como resultado de relação de produção, mas valendo por si mesma, como realidade externa, autônoma e, mais ainda, determinante da vida dos homens. Este processo, no neoliberalismo, atinge o mais alto grau de perversidade,

quando toda a produção humana – material e simbólica – é transformada em mercadoria.

Produz-se aqui uma grande inversão: o homem, que devia ser senhor soberano de seu produto, passa a ser comandado e dirigido por aquilo que produziu. As leis do mercado fazem o homem sucumbir a força hostis que o arrastam a um destino inumano de crises, guerras e desemprego. Assim, se por um lado a mercadoria se “humaniza”, o próprio homem se “desumaniza”, se “reifica”, se coisifica. Não é possível esquecer a função humanizadora do trabalho, aqui frustrada pelo trabalho alienado. Entretanto, o processo de alienação não é prejudicial apenas ao trabalhador, mas a toda a sociedade, modelando também o caráter das elites dominantes. O homem alienado, não podendo ser produtor, limita-se a ser um ser depredador. As elites dominantes em países de passado colonial, normalmente alienadas, depredam a natureza e a cultura. Tomam desta os bens, as idéias, que armazenam no espírito, mas são incapazes de produzirem com elas qualquer coisa original, ou seja, de criar a nova cultura emergente, autêntica e libertadora, com o auxílio daquilo que absorveram. Por isso, a alienação cultural – a mais perversa forma de alienação – manifesta-se mais freqüentemente como simples saber erudito, como adorno espiritual e estéril acumulação de conhecimentos, úteis apenas para exibição acadêmica. A consciência não consegue ser criadora, porque, para tanto necessitaria compreender-se na condição original da intervenção na realidade. Nesse sentido, o reconhecimento da alienação cultural, a análise desse comportamento da consciência, deve ser um tema constante da preocupação para o cientista social³⁵.

³⁵ Álvaro V. Pinto, op.cit., pp52-53.

MARX E A

TEORIA SOCIAL

Para a burguesia nascente, o “conhecimento social” é formado por teorias sociais que representam visões comprometidas com a substância e o processo da realidade social. Os sujeitos que as utilizam o fazem sempre em nome da humanidade e em benefício da sociedade, mas sempre a partir de seu compromisso com o movimento da realidade. Assim, a existência da “Ideologia” é absolutamente indispensável para o funcionamento da sociedade; a teoria social “produzida” por essa ideologia proporcionará uma explicação do funcionamento da realidade (ou seja, da estrutura de qualquer objeto nela contido) que deverá ser consistente e conivente com o compromisso ideológico. O caráter de consistência é dado pela validade do núcleo teórico com relação à ideologia e o de convicção pela capacidade de demonstrar o afirmado com a maior “objetividade”. Daí a necessária universalidade do método sociológico.

Esta universalidade, por sua própria condição, é excludente; e portanto, deve prover uma explicação total, em todos os níveis do fenômeno observado. A explicação de totalidade do **fato** não deve ocultar a natureza ideológica da teoria que a produz; deve ser convincente do ponto de vista da objetividade, tanto é científica quanto metodologicamente. Nas origens do método sociológico, no difuso umbral no qual a filosofia social se converte em ciência social, na medida que estabelece precisão normativa e precisão metodológica, pode-

³⁶ Hugo Calello e Suzana Neushaus, op. cit.

se captar com clareza quais são as contradições que, desenvolvidas na Ideologia, se projetam sobre a Teoria e condicionarão aspectos substanciais do método.

A explicação teórica da ideologia burguesa, na medida em que expressa e difunde a “visão do mundo” de uma classe revolucionária em seu momento histórico - a burguesia -, tem uma condição desmistificante, transformadora do eixo de explicação teocêntrica racional, para o antropocêntrico racional. É natural a necessidade de se constituir uma ciência social que coroe e sintetize a explicação de todos os fenômenos que compõem o universo conhecido. Uma grande disciplina que unificará os conhecimentos específicos econômicos, históricos, políticos, psicológicos, antropológicos etc. Se bem que Auguste Comte batize esta pirâmide das ciências de “Sociologia”, é obvio que não se consegue a unidade pela articulação dos elementos substantivos entre as diferentes disciplinas, mas através da **universalidade do método**.

No século XIX a Ciência Social formula suas proposições metodológicas fundamentais, ao mesmo tempo que a “ideologia” consegue constituir sua fórmula definitiva de dominação: o Estado Racional. Dentro da ciência social, a Ciência Política constituirá, implicitamente de início, mas logo abertamente, o **nível de explicação reflexiva fundamental**. Também no século XIX, como contrapartida, estas ciências encontram uma resposta que **questiona** sua universalidade: o **materialismo histórico** e o **materialismo dialético**. É um novo “modo de conhecer”, que toma como matéria-prima o conhecimento anterior; como uma envoltura do objeto que, ao mesmo tempo que o mostra, simplifica-o e oculta-o. Karl Marx não abre uma alternativa “co-existente”, mas pretende demonstrar a falha de todo conhecimento anterior, negando sua condição científica e substantiva e reduzindo-o à categoria de explicação justificadora e convincente da “dominação necessária para a exploração”. O novo princípio de ver a realidade, ou o “modo real de ver as coisas” tem diferença substantiva com a Ciência Social então em voga. Se Auguste Comte avança na crítica ao idealismo filosófico (produto da explicação do universo pelo subjetivismo burguês), Karl Marx demonstra o caráter anti-científico da oposição - interna e

característica da ideologia burguesa - entre empirismo ou realismo-idealismo e subjetivismo. O materialismo histórico redefine totalmente a relação entre Sujeito e Objeto ao negar ao mesmo tempo a dualidade de ambos os “pólos”. Para Marx, essa relação é errônea porque condena o Sujeito à passividade ante a matéria; ou, de outro lado, a matéria à total inércia ante a onipotência absoluta do Sujeito. Pelo contrário, o conhecimento é uma prática, uma relação na qual a ênfase teórica é só uma “operação” necessária, que não substitui nem oculta a relação material do homem com as coisas e os demais homens.

Examinem-se uma última reflexão sobre as contradições existentes na relação Ideologia-Teoria Social. Desde o século XVI até o século XIX se plasmou a conversão da Filosofia Social em Teoria Social e em Ciência Social. Durante este lapso de tempo, a contradição constitutiva da ciência social aparece não declarada como tal, mas evidente, naqueles autores que fundaram as bases da Ciência Social. Desde T. Hobbes no **Leviatan**, Locke, nos **Ensaio sobre o governo civil**, até Spencer no **O homem contra o Estado**, J. S. Mill, nos **Princípios de economia política**, passando por Voltaire em **Cândido** e **Cartas Filosóficas** e por Rousseau, no **Contrato Social**, os espaços para proporcionar uma concepção científica válida para a sociedade se debatem entre proposições irreconciliáveis. Esta contradição central se expressa na luta entre o mais frio racionalismo objetivista e o romantismo irracional, na definição do homem como essencialmente egoísta, ou essencialmente altruísta; na definição do Estado como árbitro imparcial ou como monstruoso Leviatan. Mas, para além desta contradição, a Teoria Social tenta mostrar sua arquitetura à imagem e semelhança do Homem. A simplificação permitirá à Ciência Social definir um objeto que se move dentro de um “sistema” de equilíbrio conhecido e regulado. Estabelecem-se as premissas do “método”. O subjetivismo, os impulsos básicos, são o ponto de partida de uma ação que entra em choque com a coação desprendida da própria natureza da normatização do sistema social. Daí para a frente, o método será uma tentativa de medir o *desvio*, de calibrar os desajustes a uma razão ordenadora cuja origem social não é para ser questionada.

A NOÇÃO DE MODELO

TEÓRICO-ANALÍTICO

A NOÇÃO DE MODELO TEÓRICO-ANALÍTICO

O debate acima apresentado com relação aos fundadores da Ciência Social, Comte, Spencer, Weber, Durkheim, Pareto, tem em Karl Marx o expoente crítico das limitações teórico-ideológicos do método sociológico. Para o filósofo alemão, a noção de modelo pode ser considerada o núcleo, o ponto de partida para entrar na discussão da *problemática metodológica nas ciências sociais dos positivistas*. Esta não é uma utilização formalista de modelo; supõe muito mais que o uso habitual do modelo como padrão ou esquema referencial.

A primeira relação que fundamenta o uso deste conceito é a *noção de estrutura*, a qual está presente em todo tipo de "ato de conhecer". É evidente que não há possibilidade de conhecimento de um objeto isolado de seu contexto e, muito menos registrá-lo em um setor de memória preparado para recebê-lo. Ainda que pareça grotesco este exemplo, a ninguém ocorreria pensar que o objeto de conhecimento "pé da mesa" possa existir como pé fora da mesa, isto é, a mesa sem pés deixa de ser mesa e o pé sem mesa deixa de ser "pé de mesa". Esta relação entre o "todo e as partes" define com clareza a relação entre o sujeito e o objeto como uma relação entre estruturas conceituais (o sujeito) e reais (o objeto). Se um arquiteto vai construir um prédio, tem necessidade de hierarquizar vários elementos com os quais vai trabalhar. Todos estes elementos têm que ser "pensados", conceitualizados previamente, antes de serem convertidos em estruturas reais. No campo científico, as estruturas pensantes definem as estruturas reais existentes. Assim, o predomínio da estrutura subjetiva sobre a objetiva, ou o

predomínio inverso, ou ainda, o equilíbrio sem predomínio, entre o conceitual subjetivo e o real objetivo, é parte da discussão entre os diferentes “modelos de conhecimento” da realidade, e referem-se a premissas metodológicas diferenciadas.

O modelo contém um enunciado *teórico ideológico* que se expressa numa *proposição metodológica* para referir-se à realidade, na ação de conhecê-la. É a maneira de explicar a historicidade das alternativas de conhecimento, de como estas alternativas se configuram em “modelos” que diferem em seu compromisso com o real, na medida em que diferem na maneira de “pensar o real”.

A CRÍTICA DAS CORRENTES

PARA PESQUISA EM

CIÊNCIAS SOCIAIS

A CRÍTICA DAS CORRENTES PARA A PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS³⁷

Para entender e criticar os modelos que constituem o núcleo de uma discussão teórico-metodológica hoje, será necessário desenvolvê-la em três níveis:

1) o objeto de conhecimento – a realidade

2) a estrutura conceitual – o quadro teórico

3) a concepção de cada modelo a respeito da realidade, ou seja, a proposta de mudança social, de produção de conhecimento, ou ainda, de transformação da realidade.

O MODELO ESTRUTURALISTA

O fundador do Estruturalismo, seu arquiteto teórico-fundamental é Claude Lèvi-Strauss (embora na atualidade outros autores como Maurice Godelier, Louis Althusser, J. Lacan e Michel Foucault, também tenham grande projeção). Seu trabalho é um grande esforço para apresentar o Estruturalismo como um modelo analítico com limites precisos e identidade própria. Seu primeiro texto, **Antropologia Estrutural** é um conjunto de materiais no qual o autor procura dar uma idéia das características de seu

³⁷ Idem idem.

modelo antropológico estrutural; entretanto, em todos os seus trabalhos desenvolve afirmações sobre o caráter da natureza e sobre a possibilidade de instrumentos mais idôneos para o conhecimento da sociedade. Estas afirmações são hipóteses do trabalho científico que guiam seus passos como elementos importantes de seu modelo.

Quando se trata de analisar o **Estruturalismo** como uma possibilidade de método científico, o pesquisador depara sempre com uma dificuldade: a confusão em torno da palavra estrutura, muito usada pelos cientistas para demonstrar conhecimento.

Entretanto, os teóricos desta metodologia têm desenvolvido grande esforço no sentido de dar ao **Estruturalismo** uma posição de modelo analítico com limites bem precisos e identidade própria. As obras de Levi-Strauss são em sua maioria relatos apaixonados de suas pesquisas em sociedades primitivas, nas quais ele busca incessantemente, construir o que se poderia chamar de metodologia para a Antropologia Estrutural, como é por ele chamada sua obra, através do modelo antropológico estrutural.

Por outra parte, Lèvi-Strauss desenvolveu com clareza afirmações sobre o caráter do pensamento científico, sua historicidade, o caráter da natureza e sobre a possibilidade de criar instrumentos idôneos para o conhecimento da sociedade.

Estas afirmações são hipóteses de trabalho científico que guiam seus passos como pesquisador e devem ser considerados como elementos importantes de seu modelo.

Será examinada, em seguida, uma visão descritiva de sua concepção sobre o objeto de conhecimento, o mais simples possível, e em outra parte, serão acentuados os aspectos críticos-analíticos que desperta sua obra.

1- Objeto de conhecimento: as relações invisíveis. Lèvi-Strauss trabalhou basicamente com comunidades primitivas e este recorte de sua análise da realidade, apresenta uma limitação, pois nestas formas sociais, o que aparece como

elemento dominante em todo modelo - não só no que se refere ao objeto de conhecimento, mas também a estrutura conceitual e sua concepção da história e da mudança social.

Com respeito ao objeto de conhecimento, Lèvi-Strauss trabalha com a idéia central de que o pesquisador deve detectar na realidade - nesta realidade ampla que ele considera "caótica" e não passível de ser apreendida em seus elementos emergentes, que ele chama de relações invisíveis, aqueles componentes que não parecem no emergente à primeira vista, mas que estão atuando como modeladores da dinâmica de uma determinada realidade, objeto de conhecimento, e que aparecem ocultos pela "realidade aparente".

O ponto de partida da "teoria" é o fato de que o **manifesto oculta a condição essencial do real**. É este aspecto que o autor destaca para chegar às tais "relações invisíveis", que são, em última instância, os elementos fundamentais do fluxo de uma determinada realidade. Assim, o pesquisador deve dirigir sua pergunta a dois níveis: à análise dos sistemas de parentesco e à estrutura dos mitos e lendas que existem em todo tipo de comunidade.

O sistema de parentesco é um sistema de relações formais, que o antropólogo descobre através de uma pesquisa com certo nível de profundidade acerca da vida cotidiana da sociedade. A relação fundamental é aquela entre os indivíduos que compõem a comunidade primitiva, onde em geral, o sistema de parentesco é um sistema extenso, na medida em que todas as famílias têm uma relação formal. Isto constitui o eixo consangüíneo dominante na sociedade. Para Lèvi-Strauss, o significado da relação de parentesco não está na relação formal, mas nas relações hierárquicas e de poder que estão latentes, vigentes, mas ocultas.

Mas existem outros elementos integradores para que uma comunidade possa manter-se organizada. Estes elementos integradores constituem o segundo nível de análise que é a "estrutura dos mitos e lendas", a qual mantém uma comunidade organizada e que são o eixo de seu sistema de valores e idéias. O sistema de parentesco pode mostrar a

estrutura formal da comunidade e ainda, anunciar, nos moldes em que o pesquisador se coloca na pesquisa, um tratamento de como operam as relações formais e de que forma estas estão sobrepostas a um modelador que não é visível. Mas o mito é um elemento fundamental da comunidade, porque é ele que dá a verdadeira fundamentação da dinâmica social em sua profunda causalidade.

2- A estrutura conceitual: para Lèvi-Strauss, o primeiro passo é chegar à identificação das relações invisíveis, que dão o sentido da natureza essencial de todo fenômeno social. Uma interpretação equivocada desta preocupação levou alguns pesquisadores a estabelecer aprioristicamente, uma assimilação entre Estruturalismo e o Materialismo Dialético, na medida em que ambos métodos se distinguem do Funcionalismo, porque buscam indagar para além do evidente. Tal afirmação parte de um duplo equívoco: primeiro, de desconhecer a diferença da natureza do objeto de conhecimento para o Estruturalismo e para o Materialismo Dialético; e segundo, de subestimar o Funcionalismo, descartando elementos e estruturas "latentes" não visíveis que operam através do subjacente, no evidente e naquilo que é visível.

Sendo o objetivo básico da identificação destas relações invisíveis, subtraídas pelo pensamento científico a uma realidade caótica, poderia supor-se que a possibilidade de conhecimento se define a partir de um argumento racional que dê sentido ao particular com relação ao geral.

Entretanto, este modelo subordina a operação racional necessária para resolver o primeiro conflito do conhecimento – o conflito entre o particular e o geral; ou em outras palavras, o conflito entre as partes e o todo – a uma operação reducionista, na medida em que se assumem como realidades passíveis – de conhecimentos somente aquelas estruturas que são expressões inteligíveis por sua logicidade e coerência da totalidade da vida social. O universo cognoscível se reduz ao "código" que "comunica" esta realidade: a língua falada ou escrita. O mundo real permanece fora da pesquisa. O próprio Lèvi-Strauss sustenta que somente "parte" da realidade pode ser cognoscível. Entretanto, tal parte parece estar limitada a

uma expressão lógico-racional que por seu caráter de produto social elaborado, não permite um tipo de conhecimento para além do tautológico. O sistema de parentesco permite reconstruir a rede do sistema - ou estrutura de parentesco - e, através dela, ter uma idéia orgânica do esqueleto da comunidade. Pode-se ter uma idéia bem precisa do lugar social de cada indivíduo, de suas relações hierarquizadas, dos múltiplos sistemas e subsistemas nos quais participa, e em última instância, tanto uma explicação como uma predição sobre sua conduta, tanto cotidiana, como ritual.

Aparentemente, o sistema de parentesco é o mais objetivamente verificável e acessível porque é facilmente identificado através da linguagem e da observação; entretanto, não se pode esconder seu caráter limitado ao considerar a totalidade que comporta um certo nível de complexidade, aos estreitos limites de um sistema de relações de parentesco que, apesar de sua força normativa para o desenvolvimento da conduta social, não é outra coisa que um modelo formal de potencialidade de ação. Mas esta limitação é superada quando se chega ao núcleo teórico fundamental do Estruturalismo, no que se refere tanto a sua concepção do funcionamento da sociedade, como a possibilidade de produzir ciência generalizando o conhecimento. Aqui é necessário referir-se à sua análise da estrutura dos mitos, que dão o sentido da existência do ser social de cada comunidade. A linguagem e o sistema de parentesco são somente mediadores necessários para a compreensão definitiva.

A verdadeira dimensão do ser social se consubstancia em um nível superior, é a estrutura mítica, que, envolvendo os mitos e lendas expressam um sistema de valores da organização social em ações comunitárias de caráter mágico religioso, em certos atos de fé, em rituais, que são, em última instância as "invariantes estruturais" que mantêm a unidade do grupo social que coabita um determinado espaço físico. A compreensão do sentido dos mitos depende da compreensão de sua "estrutura", ou seja, de suas invariantes de elementos significantes, em oposição a seus conteúdos ou significados.

3- A mudança social: a fetichização do passado: na discussão metodológica, o uso da lingüística aparece como uma limitação, a priori, com relação ao universo empírico. Não se trata de se propor o conhecimento de fragmentos possíveis da realidade, mas de estabelecer uma reflexão geral sobre a interação total numa sociedade a partir de um prisma analítico cujas conexões pretendem representar as reais significações do comportamento mais ou menos viáveis: linguagem e sistemas de relações de parentesco, e outras, de um nível maior de complexidade e significado social como são estruturas dos mitos e lendas.

O pesquisador trabalha, desta maneira, numa dimensão que pode-se definir com um "absoluto comunicacional": por um lado, têm-se o fato de que os conteúdos da linguagem são uma expressão relativa do "todo" social, mas ao mesmo tempo, é evidente que toda linguagem é um processo de simbolização restritiva e esta qualificação se pode dar aos processos mais complicados, que, através das formas dos mitos e das lendas, são, segundo os estruturalistas, veículos básicos de organização da manutenção das sociedades. Interessa aqui, ressaltar a tendência do Estruturalismo a construir uma totalidade analítica auto-suficiente, submetida a leis próprias e operativa, independentemente de sua relação com o universo empírico. Nesta construção teórica domina o intelecto do pesquisador; é ele que define os limites do conhecimento "possível", através de uma imposição formal na qual submete a realidade; é ele que outorga as significações, e que definitivamente, decide o que é o essencial para o conhecimento.

Uma característica constitutiva do Estruturalismo é seu caráter "analógico". Diferentemente de Weber, que propõe um "Supra-histórico" a partir do qual se pode estabelecer uma classificação baseada na gradação relativa dos fenômenos reais, o método estruturalista se limita a propor analogias entre fenômenos socialmente organizados que ocorrem em diferentes comunidades. Se se proceder à reconstrução do procedimento "linguagem-sistemas de parentesco-estrutura dos mitos", a possibilidade de produzir conhecimentos científicos será relativizada pelos traços de similitude entre

os mitos e lendas existentes em diferentes comunidades. Isto tem como resultado:

1) O abandono de qualquer proposição de ordenamento histórico e, por suposto, qualquer tipo de análise tendente a efetuar uma predição por reduzida que seja. O ato de conhecer abandona qualquer implicação com a possibilidade de indagar e prevenir e converte-se numa ação descritivo-contemplativa;

2) O abandono da realidade do caráter acumulativo e contraditório do desenvolvimento histórico e, fundamentalmente, o caráter libertador da evolução global do pensamento do homem em sua relação com o meio. Esta posição leva a escamotear não só o conceito de progresso científico, mas também deixa de lado o requisito fundamental da universalização do conhecimento, ao reduzi-lo a processos particulares e casuísticos.

Mas o mais importante em criticar o Estruturalismo é desvendar o seu caráter ideológico: é uma metodologia que opera a partir da fetichização do passado através de uma coisificação e eternização do presente. Entre os extremos antagônicos, mas relevantes, nos quais se debate a busca da dimensão científica para encontrar a resposta as grandes perguntas (por exemplo, os grandes teóricos da Filosofia e da Sociologia), existe uma clara intenção de formular um pensamento que, dentro dos limites de cada proposição metodológica, está guiado por um claro objetivo de progresso científico, determinado pela busca de uma verdade que só pode ser obtida através da liberação da mente humana em toda sua potencialidade crítico-criativa. O Estruturalismo não busca resposta desta natureza, mas intenta estabelecer a distância entre a humanidade degradada e uma mítica "idade do ouro" no qual a simplicidade do universo era um produto da simbiose inicial entre deuses e homens.

O uso do mito tem um objetivo muito claro: fundir no homem a esperança e a resignação de ser salvo ou castigado. Em outras palavras: aniquilar qualquer forma de consciência crítica, distanciando o homem de sua tarefa, na qual se define

sua identidade, o processo de transformação da realidade, que é o processo histórico.

De todas as maneiras, a proposição de Lèvi-Strauss percorreu um longo caminho sem alterar fundamentalmente seu "tempo teórico". Roland Barthes, Lucien Sebag, Maurice Godelier e, ultimamente, Michel Foucault, representam, entre outros, as figuras mais importantes dentro das atualizações estruturalistas. O impacto metodológico foi tão importante que se filtraram traços fundamentais da teoria em obras de explícita conceitualização marxista, de autores como Althusser e Nicos Poulantzas, além de abrirem outro campo polêmico em torno da "nova psicanálise" de Jacques Lacan.

TEORIAS FUNCIONALISTAS³⁸

1- Objeto do conhecimento: para as "Teorias Funcionalistas" o *objeto de conhecimento* é a *ação social* (Pareto, Durkheim, Weber). Só que há uma diferença: enquanto que para os "fundadores"³⁹ a sociedade aparecia como um *todo*, para as Teorias Funcionalistas ela está reduzida a uma **unidade analítica**, na qual a conduta, a interação, a ação humana é o verdadeiro objeto de conhecimento. A teoria funcionalista é uma cristalização, uma condensação dos principais subsídios que os fundadores deram à Sociologia. Mas ao mesmo tempo, é também uma recuperação de algumas idéias dos precursores. Esta simbiose tem algumas explicações muito sugestivas no que se refere à ideologia.

O principal teórico das Teorias Funcionalistas é Talcott Parsons através de seu livro **O sistema social**. As teses parsonianas sobre a teoria da ação constituem um ponto de partida para Parsons e outros teóricos da ação, como Gino Germani em **Política e Sociedade na Época de Transição**;

³⁸ Idem ibidem.

³⁹ Pareto, Durkheim e Weber.

R. Merton em **Teoria e Estrutura Social**; David Easton, em **Esquema para Análise Política**; Ralph Linton em **Cultura e Personalidade**. Diferentemente de Weber, para Parsons toda ação social é passível de ser analisada, na medida em que sua motivação como ação esteja mediada por quatro sistemas: o Biológico, o da Personalidade, o Social e o Normativo.

O ator atua numa *situação* tal que delimita todas as ações dos outros atores mediante normas, tal qual no sistema físico-biológico: cada um com sua função. Toda ação que **desequilibrar o sistema** é passível de punição pelas *normas*.

O **sistema normativo** é o guardião de equilíbrio da totalidade do sistema social, podendo ter um alto custo repressível em todo o organismo social (ex: o camponês hindu, perante a vaca).

O que o pesquisador precisa conhecer é o grau do desvio existente entre a **norma ideal** e a **conduta real**.

Assim, as teorias funcionalistas se convertem numa *sociologia do desvio*. Neste nível é evidente sua relação com a metodologia durkheimiana em seus livros-chave, **O suicídio** e **Da divisão social do trabalho social**. A preocupação de Durkheim era o grau máximo do desvio, aquele que está sancionado pelo direito repressivo. O suicídio é o crime-limite, porque não pode ser sancionado.

2- A estrutura conceitual: a estrutura conceitual das Teorias Funcionalistas refere-se ao núcleo do modelo, ou seja, à articulação de categorias com as quais o investigador submete a realidade à sua análise. Esta teoria parte de um conceito gestáltico. Easton, em sua obra **Psicologia da forma** estabelece a mais clara proposição metodológica a propósito do modelo político, quando o define como um *sistema simbólico*, "construído" para indagar os *sistemas reais*.

A Estrutura conceitual deste modelo é dada pela relação entre *estrutura e função*, ou seja o grau de integração que as partes mostram em sua relação dinâmica com o todo. Entretanto esta relação, quando *inova*, não deve alterar o equilíbrio do sistema: o equilíbrio é intocável. As chaves para as

Teorias Funcionalistas dão lugar às seguintes proposições teórico-metodológicas:

a - Toda sociedade pode ser definida como uma imensa rede de posições e papéis sociais. Nesta “rede”, que é um pressuposto teórico, predominam tendências ao equilíbrio, mas um equilíbrio que deva aceitar a inovação para que organizações como família, empresa, escola, partidos políticos, Estado etc. interajam numa linha ascendente de progresso;

b - Se a “ação social” assim definida no real deve ser investigada, o “modelo” teórico será um sistema que “reproduza” a realidade, mas que, como estrutura conceitual analítica, sirva para qualificar o grau de integração de cada sistema real de acordo com *critérios normativos e funcionais*. Estes critérios não admitem a possibilidade de um salto qualitativo dentro do sistema: apenas o seu fortalecimento ou destruição. O que deve ser estudado é o grau de integração de cada sistema real, de acordo com critérios normativos e funcionais. Aquilo que **não integra** é disfuncional; aquilo que **integra** é funcional (oposição x situação). Aquilo que estiver fora destas normas deve ser eliminado. Portanto, todo o resultado da produção científica deve ser excluído, por que sendo o “novo”, está fora das normas instituídas.

3- Teoria da mudança social⁴⁰: em geral, se consideram as Teorias Funcionalistas como a-históricas do ponto de vista teórico-metodológico, em oposição a outras concepções que se consideram historicistas. Isto porque na antropologia funcionalista a história é declarada “letra morta”⁴¹. Por outro lado, alguns funcionalistas consideram certos limites nas teorias sociais, tais como “teorias de alcance médio”, o que também caracteriza a metodologia funcionalista como a-histórica.

Quais seriam as proposições desta teoria quanto à problemática da mudança social? Estas alicerçam-se na

⁴⁰ Hugo Calello e Suzana Neuhaus, op.cit.

⁴¹ Bronislaw Malinowsky. *Magia, ciência y religión*. Buenos Ayres: Nueva Visión, 1974.

antropologia funcionalista, na relação entre sociedade, cultura e personalidade, de acordo com Ralph Linton em sua obra **Cultura e Personalidade**. Se bem que a linha antropológica define as bases das principais correntes funcionalistas, o núcleo desta concepção foi construído por um grupo heterogêneo de sociólogos, no qual se destacam Parsons, Merton e Easton. Embora não se pretenda fazer uma descrição global da concepção parsoniana, vale destacar alguns aspectos relevantes para desenvolver esta crítica às Teorias Funcionalistas.

A teoria da “ação social” funcionalista não é a mesma weberiana. Em Weber, esta responde a um enfoque epistemológico no qual o ponto de partida é a “compreensão”, dirigida à análise das ações sociais cientificamente significativas para a pesquisa do universo social. O método do “tipo ideal” é o esquema referencial no qual a racionalidade alcança um grau absoluto. Assim, para Weber, a análise da realidade é um exercício possível na medida em que é possível verificar sua proximidade com o tipo ideal, que por seu conteúdo absoluto é atemporal e, portanto, a-histórico; entretanto, o “tipo ideal” é, em alguns casos-chave, a culminância de um processo histórico, ou seja, o cumprimento de um objetivo de libertação máxima do espírito na dimensão teleológica.

O enfoque parsoniano da ação social não participa do mesmo ponto de partida; coincide com Weber na dimensão psicossocial da ação, mas a análise metodológica é tão diferente como o ponto de partida no processo mesmo de conhecimento. Em Parsons é dominante a noção de “sistema”. A “ação social” só pode realizar-se no âmbito de quatro sistemas: o biológico, o da personalidade, o social e o cultural.

Este núcleo conceitual se completa com um verdadeiro arsenal de categorias que operam dentro dos múltiplos sistemas e que são ao mesmo tempo uma estrutura presente na realidade social e instrumento teórico que trata de tornar inteligível a pluralidade sistêmica. Neste enfoque existe uma espécie de re-assimilação das concepções originais de Comte e Spencer quando faz a simbiose metodológica entre

organismo social é organismo e entre sistema biológico e mecânico. Representa também uma ruptura com os esforços de Durkheim e Weber, quando estabelece as bases de uma Ciência Social cuja linguagem e estrutura analítica não é uma simples extração do âmbito das formalizações no campo das ciências físico-naturais. Dentro deste enfoque sociológico-funcionalista é óbvio que o “histórico” perde significado em sua vigência totalizadora e preditiva. Neste ponto, nota-se a ruptura das Teorias Funcionalistas com a particular historicidade weberiana (externa ao método, mas vigente na evolução de um ritmo histórico governado pela crescente racionalidade) e, naturalmente, com as teses evolucionistas e pragmáticas de Comte e Spencer. Neste aspecto é necessário retornar a outro autor significativo nesta corrente, David Easton.

Para Easton toda explicação possível da ação social refere-se a um intercâmbio entre “ambientes e sistemas”. Todo tipo de conduta-ação é julgada como uma função, equilíbrio ou desequilíbrio dentro do fluxo permanente entre ambientes e sistemas; esta é uma matriz retro alimentada por um mecanismo de estímulo-resposta, muito conhecido na Teoria da Comunicação.

No enfoque de Easton, a história “morre” com o sistema; cada sistema tem sua pequena ou grande história. A totalidade só pode ser concebida como uma série articulada em pequenas histórias que crescem e desaparecem. Estes sistemas históricos podem fortalecer uma grande memória universal, mas só como uma articulação de informação que se esgota em seu mesmo sistema, sem explicação causal e, portanto, sem a análise de sua possível transcendência temporal-espacial.

A posição de Robert Merton talvez seja a mais clara com relação à postura dos funcionalistas frente à história e à possibilidade de predição histórica. Para Merton, a ciência social não pode ir além da formulação de teorias de médio alcance. Aqui Merton se aproxima de Karl Popper a respeito da ciência social como engenharia fragmentária. Merton elaborou sua principal contribuição paradigmática e tipológica a partir do estudo de pequenos grupos. Entretanto, Merton

não transcende o enfoque micro-sociológico; utiliza categorias gerais como características ou traços dominantes da sociedade em geral. Um destes conceitos – a *anomia*, que foi criado por Durkheim, é a base da classificação de Merton sobre os “tipos de adaptação”.

O mais típico documento sobre as definições micro-sociológicas das Teorias Funcionalistas é um clássico da literatura sociológica: o **Yankee City Series**, publicado pela Universidade de Columbia, de 1941 a 1949. É uma pesquisa realizada entre 1930 a 1937, numa cidade típica dos EUA. É uma boa amostra de um estudo micro-sociológico destinado a responder a pequenas perguntas da vida cotidiana, o “aqui e agora” das dificuldades de organização e comunicação naquela comunidade.

Mas frente ao radicalismo do enfoque pluralista, micro-sociológico e a-histórico das Teorias Funcionalistas, desenvolve-se uma concepção na qual a dimensão “macro” e a história alcançam uma onipotência explicativa de caráter universal quase absoluto. Este aspecto está presente na obra **Evolução da sociedade tradicional à sociedade moderna**; parte-se do pressuposto que toda sociedade tem sua origem em um pólo “folk”, a qual tem três características básicas: alta homogeneidade cultural; está submetida a um sistema de autoridade baseado na ação social prescrita pelos anciãos religiosos e tem como traço psico-social dominante a oposição a qualquer mudança social. O “pólo urbano” ou moderno se identifica com os traços básicos das sociedades capitalistas avançadas: alto nível de heterogeneidade cultural, autoridade eletiva e racional e tendência à mudança.

A evolução histórica de todas as sociedades se desenvolve entre estes dois “pólos” e entre eles o aspecto de alternativas vai marcando as diferentes etapas da mudança social. Esta teoria teve grande aplicação na América Latina, principalmente com referência aos estudos de comunicação. Entretanto, cabe afirmar sem sombra de dúvidas que o seu ponto mais frágil encontra-se no fato de que ela desconhece o princípio da totalidade, apreendo a realidade de forma fragmentada.

**O MARXISMO COMO CONTINUIDADE
E UNIDADE METODOLÓGICA⁴²**

Uma leitura mais profunda do pensamento marxista permite entender o que em sua obra foi considerado como oposição errônea (as condições e o caráter da revolução socialista) ou como hipótese secundária aquilo que é o verdadeiro núcleo teórico de seu modelo global. Dito de outra maneira, a constituição de uma articulação de categorias como “Modo de Produção”, “Formação Econômico-Social” ou “Bloco Histórico”, serve à compreensão da sociedade em cada momento histórico visto em toda a sua complexidade e, fundamentalmente, no sentido de definir estratégias para sua transformação.

1- Objeto do conhecimento: a predição da ação humana

Para a Ciência Social o desafio básico está na compreensão, no entendimento e, definitivamente, na predição da ação humana. A possibilidade de compreender e investigar a ação social, para o pensamento weberiano, implica o uso de um **modelo ideal** que atravessa a realidade e, dentro da totalidade, seleciona aquelas ações significativas susceptíveis de compreensão científica. Para a Escola Funcionalista a ação que é tomada dos sistemas reais se transforma num modelo sistemático “construído” com um certo grau de simbolismo reducionista. Para o Estruturalismo toda realidade caótica é ação que só se torna compreensível na medida em que se reduz a formas lingüísticas e matemáticas fragmentárias. Para o Materialismo Dialético o entendimento de toda a ação se define como a conscientização da totalidade que está presente em uma prática, por limitada e acidental que esta possa ser. É precisamente esta prática limitada, que, para ser compreendida deve ser assumida em seus limites, pelo fato de estar articulada com outras práticas, que se relacionam positiva ou negativamente. Assim, a reflexão de um sujeito sobre o significado da articulação de suas próprias práticas implica a reflexão sobre as práticas dos outros sujeitos

⁴² Idem, idem

que estão envolvidos no exercício de suas práticas através de diferentes níveis de ação em um determinado contexto social. Os diferentes tipos de práticas (econômicas, políticas, sociais, culturais, afetivas etc) não se produzem em direções erráticas, mas se articulam harmônica e contraditoriamente em torno da prática produtiva (que implica a relação trabalho-propriedade, mas que a supera no sentido estrito de cada uma). Com efeito, se o trabalho é a mediação inevitável do homem com o meio, é em torno dele e de como se realiza a sua apropriação que deve-se encontrar a relação conflitiva original. O método sociológico destruiu esta articulação contextual, real, do fato social, renunciando à sua compreensão e refugiando-se em reduzidas manifestações e indagações a objetos de conhecimento visíveis ou não, conscientes ou não, mas sempre isolados, solitários, passíveis de conhecimento específico.

Este mesmo método sociológico condena, sob a acusação de “holística” toda tentativa de captura do real que trate de assumir o objeto de conhecimento como realidade complexa em movimento, ou seja, como realidade “real”. A filosofia das *práxis* destrói o caráter ideológico da dualidade analítico-crítica, formal, pragmática, analítico-holista, do método sociológico, descrevendo o seu caráter e, portanto, as mediações científicas nela contidas. Segundo Gramsci⁴³ **a ciência não coloca nenhuma forma de procura metafísica incompreensível, mas reduz tudo o que o homem não conhece a um não conhecimento, empírico, que não exclui a possibilidade de conhecimento, mas a condiciona ao desenvolvimento de instrumentos físicos e da inteligência histórica dos cientistas.** Aqui vale lembrar o papel da ideologia, ou da falsa consciência. Nas sociedades modernas o papel da Ideologia é, neste plano em que se está trabalhando, manter a reflexão sobre a prática como reflexão isolada; isto é, impedir que o indivíduo tome consciência de como todas as suas práticas articulam-se entre si, por mais distantes que estejam na aparência. Mas, antes de tudo, impedir o

⁴³ Antonio Gramsci. *Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.* Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2002. vol. 3.

entendimento de como todas as suas práticas estão fortemente condicionadas *pelo conjunto de práticas que constituem o eixo de sua atividade produtiva social*. A tomada de consciência da articulação entre as diferentes práticas supõe a destruição da ilusão ideológica. Em outros termos, uma percepção totalizadora da relação do indivíduo com a sociedade e o trabalho, a qual supõe a tomada de consciência das limitações de “sua classe” e, simultaneamente, a convicção de superar individualmente a submissão do indivíduo ao “momento produtivo”. É o momento em que o indivíduo passa do “sentido comum” para o “bom sentido”, segundo Gramsci. Se existe contradição, ela só pode estar no método, porque reside originariamente, na realidade, no objeto de estudo; a função do método é revelar esta contradição.

2- Estrutura conceitual: totalidade concreta⁴⁴

A história da constituição do método sociológico expressa nela mesma a sua contradição: como procurar a “absoluta objetividade” acerca de um objeto complexo e pleno de mobilidade como a realidade social? Não é por acaso que, mesmo nos fundadores da sociologia, esta busca tenha terminado em enunciados contraditórios não resolvidos. O caso mais sintomático é representado pela obra de Émile Durkheim. A sua construção metodológica se debate numa alternativa dual, a qual é a prova mais cabal do caráter irreduzível da dupla natureza das ciências, o que leva a duas soluções igualmente frustrantes: o *reduccionismo do objeto e do método*, ou o *idealismo formalista e metafísico*.

O caminho do Materialismo Dialético para o método em Ciências Sociais resolve algumas destas frustrações, na medida em que assume duas questões fundamentais:

a - a síntese entre totalidade e especificidade no conhecimento através da relação praxística entre sujeito e objeto;

b - a contradição como síntese conceitual da historicidade.

⁴⁴ Hugo Calello e Suzana Neuhaus, op.cit.

Se a Dialética é o movimento do real, seu “constructo” teórico deve ser, por sua vez, uma estrutura conceitual de máxima capacidade abarcadora de todas as significações de tal movimento e de suas limitações. Será então uma “totalidade”. O conceito de totalidade assume importância primordial porque, embora o todo se constitua a partir dos elementos, estes só se explicam e se tornam possíveis pela precedência da totalidade, que dá origem a cada novo ato do conhecimento. Para o pensamento dialético não existe começo absoluto no tempo, daí não ter sentido perguntar o que vem primeiro, se o todo ou as partes, mas apenas indagar qual dessas categorias, na análise epistemológica, e sob que ângulo particular tem a primazia.⁴⁵ Nenhuma concepção científica deixa de estar ligada a uma compreensão total do real. Deve-se compreender que a totalidade é o subjetivo e a particularidade o objetivo, ou ainda, que a totalidade é o abstrato e o particular, o concreto.⁴⁶ Totalidade não vazia e infinita, mas “concreta”, na medida em que totaliza realidades num processo histórico, portanto, no apreensível em sua magnitude total, mas específica a tal processo histórico. Neste ponto, é necessário colocar um *dilema*, que não é da *historicidade*, mas da *condição praxística entre sujeito e objeto*. Dilema que pode ser desdobrado em dois níveis problemáticos:

a - a identidade entre **totalidade real e totalidade conceitual**;

b - o caráter **metodológico da relação entre sujeito e objeto de conhecimento**.

É na unidade indissolúvel entre teoria e método onde surge a condição particular que adquirem as “categorias” analíticas do Materialismo Histórico. Em sua obra **Elementos fundamentais para a crítica da economia política**, Karl Marx elabora um dos pontos máximos de sua metodologia ao aludir ao “concreto como síntese de múltiplas determinações, como

⁴⁵ Álvaro Vieira Pinto, op.cit., pp. 14-15

⁴⁶ Idem, idem, pp.306

unidade do diverso, como síntese do resultado, ponto de partida da intuição, da representação”, apresentando a justa dimensão totalizadora do método científico. Esta *totalidade* é claramente delimitada em dois sentidos: em primeiro lugar, define o papel da intuição e da representação, na medida em que não apresenta como formas puras de conhecimento (como queria Hegel), mas como estando contidas no concreto definido como objeto de conhecimento, ou seja, relativa e suficientemente confirmadas em um ponto de partida que é por sua vez um resultado multi-determinado.

A relação sujeito-objeto em Marx não pode ser resolvida através de uma simples mediação; ao contrário, é necessário que se busque no concreto e só nele todas as possibilidades de conhecimento. É somente no concreto que é possível encontrar todas as suas determinações abstratas. É também no concreto que se constitui a síntese entre o empírico e o abstrato.

Retornando à relação concreto-abstrato, para pensar o problema do objeto do conhecimento, é natural que se diga que o tipo de ação social (prática) que um indivíduo irá desempenhar não dependerá nem do funcionamento articulado dos quatro sistemas fechados por um imperativo cultural (como afirmam os funcionalistas) nem pela confirmação da posição do indivíduo no grupo de parentesco, com a qual desempenha um ritual mítico da comunidade (como afirma o estruturalismo antropológico), mas, fundamentalmente, de sua visão totalizadora, de sua consciência praxística, ou consciência prática (parcial) que este indivíduo tenha de suas relações na sociedade. É a partir do ponto de vista de apreensão da unidade do real que Marx define como “um concreto, síntese de múltiplas abstrações”, que se realiza através da estrutura conceitual, capaz de desentranhar no “ato de conhecimento”, as múltiplas determinações abstratas de tal conceito, ou seja, o conceito global de **Modo de Produção**. A primeira definição desta máxima categoria analítica poderia expressar-se como a unidade entre superestrutura e infraestrutura. Esta definição é válida em si e resume o sentido “gramsciano” de “bloco histórico”, ou seja, refere-se a pontos interatuantes entre os

quais mudanças de identidade implicam mudanças totais em diferentes momentos históricos. Entretanto, se é possível referir-se a unidades em si mesmas, relacionadas com estruturas que se influenciam mutuamente, mas com vida própria, ou estruturas que se vinculam por relações de causalidade nas quais cada uma delas opera como produto ou reflexo da outra, então o pesquisador poderá estar atuando dentro de um enfoque equivocado, contrariando o sentido gramsciano do “bloco histórico”.

Na verdade, o problema do método no Materialismo Histórico é conseguir que a categoria fundamental Modo de Produção seja capaz de reconstruir o “real” sem abstrai-lo no nível do formalismo empírico.

Esta operação, que K. Kosik chamou de “totalidade concreta”, realiza-se na medida em que o modelo opera sobre a unidade “do real” reproduzindo as relações concretas que se dão entre **forças produtivas, relações de produção e contexto político-ideológico**.

Desta forma, o pensamento marxista está desqualificando a relação entre o conceitual e o empírico, que se expressa nos outros dois modelos. Não se trata de constituir conceitos que reproduzam o **real reduzido à miséria de dados empíricos**, que de alguma maneira são acomodados ao conceito, ou ao contrário, de conceitos que podem ser acomodados aos dados empíricos. Trata-se, pelo contrário, de entender que o real não consiste em um *dado empírico* (ou seja, que este não existe como unidade de conhecimento) mas que no real os conceitos são uma unidade com o empírico, e *constitui* o problema do conhecimento científico social assumir esta unidade como matéria-prima, ou seja, como **objeto de conhecimento**. Desta forma, seja como objeto de conhecimento simples, amplo etc, este objeto sempre será um “concreto pensado”, pensado pelo pesquisador mesmo, no ato de conhecer, pensado nos outros, no que ele é agora para o pensamento do cientista. Assim, todo “concreto” tem que ser assumido como “síntese de múltiplas determinações abstratas”. Por exemplo, o preço de um produto é um concreto que, segundo a economia clássica, estaria determinado pelo

volume da oferta e da demanda; ambas determinações são visíveis, *apreensíveis* e *concretas*. Mas são falsas se assumidas como explicações totais, porque não levam em conta as **determinações abstratas** que operam sobre os volumes de oferta e demanda, que podem ser várias e podem alterar esta relação. Basta pensar, por exemplo, na crise do petróleo de 74, na qual houve inclusive, interferência econômica e política dos *Estados* dos países petrolíferos.

Este último nível de abstração expressa o *limite da totalidade concreta que está sendo indagado analiticamente*, para entender as múltiplas determinações do *concreto preço de um produto*. Neste ponto deve-se chamar a atenção contra duas críticas habituais e inconsistentes: a primeira é que a “totalidade” não é uma especulação “holística” indeterminada. As abstrações são “determinações” cientificamente investigáveis por que baseiam-se em história concreta. O caráter classista da determinação da totalidade baseia-se num pressuposto analítico que está na constituição de um modelo, na visão da sociedade e da história: *a existência de uma relação contraditória na qual a desigualdade que nasce no seio das próprias forças produtivas e nas relações de produção, e que se expressa na oposição entre as classes.*

3- A teoria da mudança social: a concepção da historicidade⁴⁷

No tratamento do último nível de análise do modelo, o primeiro equívoco que deve ser iluminado é aquele que se refere às relações de causalidade determinista que se dão entre as Forças Produtivas e as Relações de Produção, no contexto ideológico-político, isto é, a *superestrutura*. Esta posição, esta “crença” *conduz* à afirmação da existência de “leis históricas” inexoráveis, as quais determinariam todo o devir histórico. A “externalidade” da dinâmica da natureza determina o destino do homem e da humanidade. A convergência de Comte e Spencer com alguns trabalhos de Engels e em parte com o Feuerbach anti-hegeliano é

⁴⁷ Idem, idem.

significativa, porque demonstra como a visão teleológica determinista escapa a determinações ideológicas sobre o caráter revolucionário ou conservador da visão do futuro.

Esta concepção destrói toda referência ao conceito de Modo de Produção como *totalidade concreta*, porque define como inútil todo o esforço de compreensão de qualquer momento de uma formação histórico-social específica, na medida em que, se existem condições *irreversíveis*, toda “situação histórico-concreta” está determinada a ser uma escalada até um ponto final conhecido de antemão. Esta visão da história foi um padrão comum na orientação política de movimentos e partidos que se auto-definem como “transformadores”. Na América Latina, incluindo o Brasil, torna-se evidente como as conseqüências desse dogmatismo teórico se expressam negativamente no movimento histórico-político. Na obra de Marx – e naquelas obras de outros autores que mais se ajustam a suas críticas centrais – as “leis da história” são apenas tendências, mas tendências que não estão pré-construídas e que o homem não só descobre, mas também que extrai da análise do presente, de um presente no qual a história “necessária” para a sua constituição se expressa através da articulação de suas contradições e do grau de seus antagonismos.

Estas contradições, que devem ser analisadas a partir da totalidade conceitual Modo de Produção em cada momento de cada formação histórica específica são múltiplas. Entretanto, há um nível da *contradição fundamental* que é aquele que se situa entre as Relações de Produção e as Forças Produtivas: é fundamental porque é a estrutura mesma da constituição da sociedade, baseada na apropriação individual do produto social. Ao desenvolver a idéia da contradição fundamental, o Materialismo Histórico apenas está indicando um “potencial” presente historicizado, sobre o qual estas contradições atuam decidindo a direção da mudança social, em termos qualitativos ou quantitativos e o tipo de maturação e antagonismo que as mesmas alcançaram “no político”.

Aqui, vale a pena acrescentar os ensinamentos de Gramsci sobre o Estado burguês. Segundo este autor, a

verdadeira condição do Estado Capitalista é a dissolução (aparente) do burguês como classe, na condição anônima e igualitária de *cidadão*. Esta operação é *exitosa* porque o Estado funciona, aparentemente, *separado* da sociedade política, como *autônomo*; nesta situação, a classe dominante pode exercer sua ação hegemônica sobre o Estado.

Na arquitetura da dominação o papel da ideologia é fundamental, na medida em que garante a síntese dos opostos coação-coesão. O Estado Capitalista penetra a sociedade civil através de trincheiras que geram a ilusória percepção de que as massas participam no centro de poder. Esta imagem corresponde a uma realidade invertida: o burocrata, que executa uma decisão do Estado, crê participar efetivamente dela; no entanto, apenas a está executando. O conceito abstrato de vontade geral (Rousseau) agora é uma realidade consensual. Também a função da ideologia neste processo está clara para Gramsci: a ideologia vai ser “oficialmente” promulgada pelo Estado através dos aparelhos ideológicos privados da família, da escola, dos *media* e de todos os grupos orgânicos nos quais a ordem efetiva é primordial.

Se o Estado em sua dimensão capitalista se caracteriza pela “dissolução” da burguesia como classe na dimensão cidadã, é natural que a luta pela hegemonia se oculte à sociedade civil, transformando-se num problema para o conhecimento descobrir seu verdadeiro sentido. Assim, também cabe ao conhecimento científico descobrir o verdadeiro sentido da operação dos *media*, como os mais importantes instrumentos das sociedades modernas.

A partir dessa perspectiva, o pesquisador, assim qualificado, é o único capaz de penetrar tanto na arquitetura, como na dinâmica de cada “bloco histórico”, de examinar o caráter (inorgânico ou orgânico) da crise através da análise de suas contradições, para, a partir daí, entender o verdadeiro sentido do objeto de estudo – seja ciência política, integração regional, comunicação, cultura, ou qualquer outro aspecto da realidade que se queira examinar na sociedade moderna.

PRÁTICAS METODOLÓGICAS

PRÁTICAS METODOLÓGICAS

A partir das considerações de ordem teórica acima analisadas, que são fundamentais para qualquer trabalho de pesquisa, o passo seguinte é como produzir conhecimento científico aplicando aqueles procedimentos, os quais podem ser identificados como práticas metodológicas.

Qualquer que seja o objetivo de uma pesquisa, é necessário, para sua realização, a utilização de métodos concretos, meios e procedimentos que permitam ao pesquisador o conhecimento mais concreto possível da realidade do objeto de estudo. Isto porque não existe nenhum objeto de estudo, de qualquer natureza, que não esteja circundado por sua realidade, fazendo parte da mesma e, ao mesmo tempo, transformando e sendo transformada por ela.

Nesse sentido, método e teoria constituem, em essência, o conteúdo único e indivisível de cada ciência concreta. O que se entende por método? É o enfoque de estudo e interpretação do mundo, o modo de conhecer suas **regularidades**. E a teoria? É o descobrimento da essência, regularidades, vínculos e contradições dos acontecimentos, dos fenômenos.

O que torna a pesquisa em Ciências Humanas uma atividade especial, preferencialmente em Ciências Sociais, Ciência Política, Cultura e Comunicação – dado o seu significado e abrangência e atualidade no mundo globalizado – é a sua complexidade. As leis da realidade objetiva e aquelas leis necessárias para seu conhecimento constituem duas leis idênticas por sua essência. Isto porque o processo de conhecimento humano é complexo, contraditório e dialético por seu

caráter, e organizado, sujeito a leis formadas historicamente e a métodos, procedimentos e meios que asseguram um conhecimento da realidade objetiva em qualquer campo da ciência.

Os métodos e técnicas nada mais são que guias para o desenvolvimento do processo de conhecimento, ou seja, uma estratégia a seguir na análise científica de qualquer fenômeno.

Os três princípios fundamentais

Para se levar adiante qualquer pesquisa científica, entretanto, é necessário observar três princípios fundamentais:

1. Existem coisas independentemente de nossa consciência, de nossa sensibilidade, fora do nosso conhecimento;

2. Não existe, nem pode existir, nenhuma diferença entre o fenômeno em si e a coisa em si; o que existe é a diferença entre o que é conhecido e o que ainda não se conhece, devido ao nível de desenvolvimento das técnicas;

3. Na Teoria do Conhecimento, como em todos os domínios da Ciência é necessário raciocinar sempre dialeticamente, isto é, não supor jamais que o conhecimento atual é acabado e imutável; mas, sim, de que maneira o conhecimento incompleto e inexato pode chegar a ser mais completo e mais exato. Para tanto, vale observar técnicas que podem ser interligadas em quaisquer procedimentos metodológicos.

A esta altura, será necessário colocar a seguinte pergunta: quais seriam os objetivos centrais de qualquer trabalho científico? Em qualquer pesquisa que se pretenda desenvolver, o objetivo central é conhecer a **essência** do fenômeno objeto de análise e suas formas de manifestar-se. Por esta razão, não se pode esquecer que o conhecimento é a unidade do reflexo do sensorial e o racional, e da unidade indissolúvel entre a *teoria* e a *prática*: o método é o conjunto de regras formadas historicamente, nas quais se subordina o pensamento do pesquisador ao processo de conhecimento científico, e a prática é a forma de execução do método.

Assim, o que se pretende descrever aqui é a crítica aos métodos como etapas fundamentais para a produção de conhecimento científico em Ciências Humanas, em virtude da herança funcionalista que marcou, primeira e principalmente a implementação, das escolas de comunicação no Brasil e na América Latina e, posteriormente, quase toda a produção científica neste campo.

Entende-se a tarefa do pesquisador como totalizadora e unitária: sob esta perspectiva o método nunca pode ser apresentado como um recurso de caráter externo utilizável por qualquer um que queira investigar, independente de sua concepção teórica, de seu compromisso com “o real”. O método não é uma receita, um instrumento ao qual se pode recorrer pragmaticamente, mas é criado de acordo com uma “concepção de mundo” e com uma teoria; cada escolha de um método implica um compromisso com essa concepção de mundo. O método também não é um recurso alheio à relação sujeito-objeto no campo do conhecimento, mas **uma condição** do conhecimento plasmada numa relação mutuamente transformadora, tanto para o sujeito, como para o objeto.

Esta posição pode ser desagradável para os que aceitam o conceito positivista da “externalidade e universalidade do método”, criado precisamente como um recurso do qual se pode dispor como quem vai utilizar um **metro** para medir o real.

Define-se o método como indissolúvelmente ligado (misturado e inclusive dissolvido, para ser reconstruído) na relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Esta definição pode esclarecer definitivamente a unidade totalizadora entre a ciência, o método e a concepção do homem.

Neste ponto, é necessário especificar a noção da relação **sujeito-objeto**, diferenciando-a nas várias formas que adquire sob os enfoques idealista e pragmático. Cada modelo teórico define uma modalidade na relação **sujeito-objeto**, a qual está vinculada a proposições gerais da teoria do conhecimento, na qual se apóia, e à filosofia, em suas grandes correntes de pensamento: o **idealismo**, o **empirismo** (ou o **realismo**, ou ainda o *determinismo*) e a **dialética**.

AS ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS

São três as grandes alternativas mais utilizadas na produção de conhecimento:⁴⁸

Na primeira, o objeto do conhecimento é uma extrapolação da consciência do sujeito; um objeto que não existe senão como criação da consciência, como reflexo de si mesma. Neste caso, a relação de conhecimento é *idealista*; uma relação entre ambas entidades, que se converte num ato de conhecimento no qual o sujeito-consciência se reconhece a si mesmo no objeto-realidade, apenas enquanto criado no campo das Ciências Sociais, sobretudo na justaposição de modelos ideais à própria realidade como “objeto” de conhecimento.

Também denominada “empirista” – que em filosofia admite que o conhecimento humano deduz toda experiência, na qual o objeto é maior que o sujeito; como criação da consciência do pesquisador, é considerada uma posição idealista, no sentido de idealizar o objeto. Nesse sentido, tanto o idealismo como o empirismo se confundem, enquanto conceitos.

A segunda proposição seria exatamente oposta à posição idealista. É aquela que se refere à existência de uma realidade, de um objeto de conhecimento, que é independente do sujeito que o conhece; mas sua independência chega a tal nível que a consciência cognitiva é um elemento passivo que se limita a receber os estímulos do objeto existente e refleti-lo. Ou seja, aqui se inverte a primeira relação: neste caso o **realismo, objetivismo ou determinismo** pragmático reduz o papel da consciência cognitiva a uma situação passiva, onde o sujeito se limita a registrar o objeto.

Esta concepção teve e tem grande influência na fundação das Ciências Sociais e está ligada às correntes positivistas originárias do pensamento de Augusto Comte. Daí seus grandes esforços para anular a influência do “sujeito que conhece” sobre o objeto conhecido e a existência de

⁴⁸ Idem, ibidem

centenas de páginas dedicadas a este tópico: anular a influência do cientista sobre o objeto do conhecimento, em busca de uma suposta **objetividade** para a ciência, como se esta fosse neutra. Esta posição nada mais fez que fragmentar e extrair artificialmente um elemento que intervém individualmente no processo.

Do ponto de vista da filosofia, o determinismo é o princípio fundamental de qualquer ciência experimental: as mesmas causas produzem os mesmo efeitos. Para o objetivismo, o mundo objetivo torna-se real, dependendo de um saber objetivo que é possível definir, em oposição ao subjetivo; o realismo afirma a existência do ser sobre o conhecimento que se possa ter dele mesmo; isto é, as idéias são mais reais que as coisas sensíveis. Nesta concepção metodológica, o sujeito é maior que o objeto. Tanto no Idealismo, como no Determinismo, existem pontos básicos comuns: a ruptura entre sujeito e objeto. É devido a isto que não se dá uma oposição irreconciliável entre estas duas correntes metodológicas.

Estas duas correntes no campo da Teoria do Conhecimento, no campo da Filosofia e no campo das Ciências Sociais podem ser confrontadas com a **alternativa dialética**, que não se apresenta como uma alternativa a mais, mas como a negação reconstrutora das duas alternativas anteriores.

A terceira alternativa, a dialética, rompe tanto com a extrapolação idealista, como com o determinismo pragmático; ao mesmo tempo, desenvolve uma relação entre sujeito e objeto que é coerente com aquela posição já mencionada anteriormente, isto é, a relação entre teoria, método e concepção do homem. Não é que dissolva as fronteiras entre Sujeito e Objeto, ou que “misture” ambos e os torne uma unidade não cindida, mas o que faz é entender toda a relação entre um objeto e um sujeito do conhecimento não como uma relação dualista, mas uma relação na qual o sujeito deve introduzir-se no objeto de conhecimento de maneira tal que, consumada sua relação com ele, assuma a relação que existe, não anulando-a ou suprimindo-a. Esta ação parte da negação do Objeto como Objeto (negação dialética do Objeto em si

mesmo) para ser entendida como uma unidade entre Sujeito e Objeto. O Sujeito também nega-se a si próprio como sujeito, mas se reconstrói em sua relação com o Objeto. Não é a negação total, mas na sua condição de Objeto, para reassumi-la como sujeito dialeticamente com uma condição diferente, que inclui a condição anterior negada, mas a inclui como um aspecto parcial da totalidade. Assume o conhecido como algo válido em sua condição de parcialidade; mas que deve ser reconstruído através da negação de sua universalidade, absoluta e permanente.

Vista desta perspectiva, a Dialética considera todo objeto de conhecimento não como um objeto simples, mas como um objeto que integra em si mesmo as explicações das quais foi objeto (nunca existente em estado puro) mas assumidas como parte integrante da sua realidade. À diferença dos dois métodos antes citados, o Materialismo Dialético parte da relação dialética entre sujeito e objeto. Isto é, para este método a verdade não é uma entidade a-histórica que pode ser encontrada ao lado do objeto ou do sujeito. Para este método, o conhecimento não pode ser concebido fora de um processo no qual o objeto e o sujeito se transformam mutuamente. Se bem que o Materialismo Dialético reconheça o caráter histórico e relativo do conhecimento, não cai no relativismo, pois assinala que a adequação temporal, relativa, unilateral sujeito/objeto, é, na medida em que supõe uma correspondência, ela mesma infinita, absoluta.

À diferença dos métodos citados anteriormente, o Método Dialético afirma que o ponto de partida de todo processo de conhecimento é a realidade imediata, o "concreto vivente". Nesse sentido, a reflexão metodológica deve descobrir, classificar e definir os diversos tipos de métodos, compor o sistema geral que os unifique racionalmente e explicar suas relações mútuas. Este trabalho intelectual constitui a elaboração da metodologia científica.

A metodologia científica não é produto subjetivo, mas o resultado de um pensamento indagador que procura penetrar na complexidade do real e dele extrair as conexões entre os fenômenos e as coisas, compondo as proposições científicas.

Por outro lado, admitir que o método é ao mesmo tempo uno e múltiplo, mostra que o processo do conhecimento só se eleva ao degrau mais alto quando admite a contradição, quando apreende toda e qualquer manifestação da realidade sob a categoria do determinismo contraditório, compondo o sistema da lógica dialética, a qual acolhe a contradição, manipulando-a e aplicando-a ao objeto de estudo. Contudo, não se trata de admitir uma simples conjugação ou justaposição de contrários, mas a compreensão de que um deles nunca existe sem o outro, e que cada qual, sem deixar de ser o que é, transporta consigo a essência do aspecto oposto, o qual deve, em alguma medida, ser o que é, e se define pela simultaneidade dessas notas contrárias que se condicionam mutuamente no âmago do mesmo conceito⁴⁹.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

A seguir, serão apresentados, alguns procedimentos teóricos e práticos necessários que devem ser observados:

1- Observação e experimentação

O chamado "método empírico" tem pouca aplicação nas Ciências Humanas; é mais utilizado nas ciências da natureza, embora algumas vezes tenha grande utilidade nas ciências econômicas.

A observação, atualmente, não só se faz diretamente por meio da experiência e da averiguação, mas também se realiza de forma indireta, mediante cifras, gráficos e o auxílio de outras técnicas, tais como a estatística, a matemática, a econometria e outras auxiliares da pesquisa.

Por que é mais usada nas ciências da natureza? Por que se pode reproduzir artificialmente os fenômenos que serão estudados, o que é impossível em se tratando de Ciências Humanas. Entretanto, esse método não exclui a teoria.

⁴⁹ Álvaro Vieira Pinto, op.cit.pp.42.

2- A elevação do abstrato ao concreto

A possibilidade de conhecimento de um fenômeno em todos seus aspectos e propriedades começa na percepção sensorial da realidade objetiva, pelo concreto-sensível, passando ao abstrato, etapa na qual se eleva a determinadas abstrações isoladas que refletem as essências dos fenômenos objeto de análise. Depois de feitas as observações, o pensamento se eleva ao concreto, mas a uma fase superior, qualitativamente diferente da anterior, que é o concreto-pensado.

O abstrato e o concreto são dois fatores do processo de conhecimento da essência do fenômeno estudado; o concreto-pensado é o conhecimento mais profundo e mais rico em conteúdo do fenômeno em questão, já que não reflete só um aspecto essencial como o abstrato, mas todos os aspectos em suas relações mútuas. O concreto é o ponto de partida e de chegada do processo de conhecimento. É o desvendamento do fenômeno sensível, para atingir a essência do objeto de conhecimento.

Kosik⁵⁰ considera que o processo de abstração é apenas o primeiro passo para a busca da essência do fenômeno, o que ele chama de destruição da totalidade.

O segundo passo é necessário para que o método não caia no idealismo, no conhecimento unilateral. Este segundo passo é buscar na representação abstrata, o retorno ao concreto vivente sob a forma do pensamento: é a reconstrução da totalidade concreta por via do pensamento.

Este processo tem origem nos trabalhos de Hegel⁵¹ e sua clássica distinção entre intelecto e razão. Para Karl Marx o processo de conhecimento vai do simples ao complexo e da representação sensível à determinação abstrata e desta ao "concreto pensado", o qual não é mais que o reflexo da totalidade, do mundo real concreto. Assim, conhecer é transfor-

⁵⁰ K. Kosik, op. Cit.

⁵¹ Fernando Rosero, op. cit.

mar, porque o conhecimento é um processo que começa pela transformação do sujeito pelo objeto e deste, pela totalidade.

3- O método histórico e o método lógico

A correlação entre o método histórico e o método lógico acha-se no caminho ascendente do pensamento do abstrato ao concreto e do simples ao complexo e se corresponde com o processo histórico real.

O método lógico é o método histórico despojado, unicamente, de sua forma histórica e de suas alterações. O método lógico é o reflexo do objeto ou fenômeno em seu desenvolvimento; o método histórico é seu movimento, porque reproduz a história real do objeto em todos seus detalhes e peculiaridades.

A importância e a força do procedimento lógico está no fato de que o objeto do conhecimento contém a lógica interna do desenvolvimento de seu fenômeno em sua forma mais pura, necessária para desvendar a sua essência. Devido a este aspecto próprio do objeto é necessário desentranhar esta lógica interna. Nesse sentido, o ponto de vista lógico e o ponto de vista histórico são dois caminhos indissolúvelmente vinculados na busca do conhecimento.

O método histórico sem o método lógico é cego; o método lógico sem o método histórico é estéril. Por isso, sem estudar a história de um processo, não se pode refletir logicamente sua essência. Por conseguinte, o método lógico não pode ser separado do método histórico, pois isto significa isolar o pensamento da realidade, ou seja, da própria vida, já que o método histórico é a essência da vida e, por decorrência, da realidade. Na unidade de ambos se encontra o conhecimento teórico.

4- O Método de Análise e de Síntese

Um dos métodos principais da abstração é a análise e a síntese, unidos como dois aspectos de um processo único. A abstração pressupõe que se realiza primeiramente uma divisão mental de um fenômeno dado, em suas diversas partes, lados, estruturas, graus de desenvolvimento etc., tal como

foi explicitado no item b. Esta análise vai do concreto ao abstrato e do singular ao geral.

A criação do concreto no pensamento se efetua sobre a base da síntese, que vai do abstrato ao concreto, unindo os elementos afins, reintegrando as partes em um todo único e investigando o fenômeno em questão na conexão recíproca de seus componentes em sua integridade e unidade.

A análise e a síntese não podem ser consideradas como a soma de dois métodos de pesquisa, mas sim como uma unidade orgânica: dois lados ou aspectos de um mesmo processo de conhecimento científico. A análise é um procedimento fundamental do pensamento, que decompõe um todo definido em seus elementos. Descartes torna-o o segundo preceito de seu método. Distingue-se uma análise natural (em química por exemplo) de uma análise ideal ou mental (análise de um conceito). A síntese é uma conduta intelectual que por experiência ou logicamente, vai das noções ou enunciados mais simples aos mais complexos. Para Descartes, é a terceira regra. Para Hegel, a síntese designa o terceiro momento de sua dialética, que une, ultrapassando-a a tese e sua negação. Assim, a negação da negação equivale à afirmação de uma nova tese, que deve, por sua vez, ser negada.

5- O Método Indutivo e Dedutivo

Pode-se afirmar que o raciocínio é dedutivo quando enuncia logicamente uma conclusão necessária, a partir das proposições dadas. É uma operação mental que conclui, a partir de uma ou mais premissas, uma proposição que é consequência lógica da(s) mesma(s). A dedução, sendo um processo inverso da indução, privilegia a aplicação de princípios gerais a diversos fatores ou fenômenos concretos. Seu ponto de partida é do geral ao particular.

A indução é uma inferência conjectural que passa de uma regularidade observada à afirmação de sua constância, ou da observação de certos indícios à existência de fatos mais ou menos prováveis. Em Aristóteles, a indução formal ou completa afirma sobre um conjunto, o que foi verificado em cada um de seus elementos; nada acrescenta ao conhe-

cimento, mas fornece-lhe uma nova expressão. Na Teoria do Conhecimento, a indução permite passar do particular ao universal, ou seja, dos fatos às leis. A indução é um método típico das primeiras fases do desenvolvimento científico e nas primeiras fases do conhecimento dos fenômenos, quando se realiza o processo de assimilação dos fatos da realidade, estudando cada um separadamente, elevando-se a conclusões e conceitos gerais.

A indução e a dedução são métodos distintos, mas unidos, não existindo uma independência entre eles; entretanto, não se pode esquecer que toda dedução científica provém de um estudo ou análise prévios.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS:

MODELOS

ELABORAÇÃO DE PROJETOS: MODELOS

Um projeto de pesquisa deve ser visto como um instrumento de trabalho, sem o qual o pesquisador não articula corretamente os passos de sua pesquisa. Sendo um instrumento de trabalho, deve estar sempre à mão do cientista, para ser consultado a cada passo de seu mister, no sentido de verificar a validade das indicações e, até mesmo, as respostas que o objeto de conhecimento pode dar ao trabalho científico. Isto é válido porque se as perguntas contidas no projeto não forem suficientemente respondidas, algo deve ser examinado: ou o teor das perguntas, ou a forma pela qual foram feitas. Nesse sentido, é necessário frisar que um projeto, como todo instrumento científico, não é algo pronto e acabado, mas sujeito a reajustes que se façam necessários, dependendo sempre das proposições do objeto de conhecimento a que se refere.

Um projeto de pesquisa divide-se em partes – necessárias do ponto de vista didático – que se inter-relacionam, formando um todo coeso e uniforme.

Antes de entrar propriamente na proposição de um projeto, faz-se necessário apresentar alguns aspectos básicos dos procedimentos que antecedem um trabalho científico.

E primeiro lugar, as condições de formação do pesquisador. Este trabalhador intelectual deve ser preparado para evitar as armadilhas da “neutralidade” do trabalho científico. Toda produção científica estará, de alguma forma, comprometida com uma posição: ou manutenção do *status quo*, ou propondo transformações no mesmo.

Outro aspecto fundamental, que deve ser levado em conta é a delimitação do estudo proposto (para não cair no equívoco de ampliar exageradamente o trabalho, tornando-o inexequível), o alcance da pesquisa, os objetivos, o tipo de informação requerida e as técnicas a serem empregadas, pois estes elementos definirão o grau de importância, a complexidade e a precisão do problema a ser desvendado.

ETAPAS FUNDAMENTAIS NA ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE PESQUISA

Esquemáticamente, a organização do processo de pesquisa pode ser definido em algumas etapas fundamentais, que antecedem o trabalho científico e que justificam uma discussão quando se trata de produção científica realizada em equipe:

- a) fontes e finalidades (pesquisas teóricas ou aplicadas)
- b) exploração prévia (o chamado “estado da arte”)
- c) revisão bibliográfica e análise dos antecedentes preliminares
- d) definição dos objetivos
- e) definição das possibilidades primárias
- f) esquema de trabalho
- g) metodologias, técnicas e critérios a serem utilizados
- h) tempo e custos
- i) cronograma de execução
- j) plano de trabalho
- k) realização da pesquisa
- l) análise e avaliação dos resultados e
- m) redação do relatório (ou tese)

O PROJETO DE PESQUISA

Após apresentar estes aspectos básicos que antecedem o trabalho científico, serão discutidos os itens que devem estar presentes num projeto de pesquisa.

A primeira parte pode ser considerada como a introdução ao assunto a ser pesquisado. Nesta **Introdução**, apontam-se, de uma maneira geral, os aspectos mais relevantes da pesquisa, algumas informações sobre o objeto de pesquisa e quais devem ser os resultados a que se espera chegar. Como toda introdução, as informações não devem ser conclusivas, mas apenas apontando as possibilidades potenciais do projeto.

A segunda parte – a **Justificativa** – é o lugar onde é necessário apontar as possibilidades concretas da pesquisa, isto é, justificar a forma pela qual o objeto de conhecimento deverá ser abordado, de maneira que se justifique o trabalho proposto. Isto que dizer que uma proposta científica deve ser original, propondo uma nova possibilidade de conhecimento do objeto em questão. Para que esta proposta seja verdadeira, é necessário um levantamento que é denominado “estudo exploratório” ou “estado da arte” no qual devem ser conhecidos os principais trabalhos sobre o objeto com o qual se pretende trabalhar. Esta operação é necessária para evitar equívocos do tipo “descobrir a roda”, muito comum, quando não se faz um levantamento adequado do “estado da arte”.

A terceira parte refere-se aos **Objetivos** do projeto. Este aspecto é um dos mais significativos, uma vez que determina a qualidade e a viabilidade do produto científico a ser concretizado. Os objetivos dividem-se em dois itens, ambos inter-relacionados, mas com significados diferentes.

O primeiro deles é o **Objetivo Geral**; este, na maioria das vezes, refere-se à pesquisa pura, uma vez que se caracteriza pela produção de conhecimento no sentido de ampliar a teoria que envolve o objeto de conhecimento. O objetivo geral busca conhecer a essência do fenômeno e suas formas de se manifestar. A função principal do objetivo geral é contribuir para o avanço teórico geral daquele objeto de

estudo. Isto que dizer que se o objeto de conhecimento for, por exemplo, “política internacional”, do ponto de vista genérico, a produção gerada pelo Objetivo Geral deverá contribuir para ampliar toda a teoria sobre política internacional. Outro exemplo: ao estudar uma determinada manifestação cultural, a produção teórica deste trabalho, deve ser útil a todas as pesquisas sobre os assuntos similares.

Por outro lado, os **Objetivos Específicos** dizem respeito a um determinado contexto histórico, definido no projeto, especificamente como um fenômeno particular, situado no tempo e no espaço. Nesse sentido, os objetivos específicos (que por sua característica serão sempre no plural), correspondem-se quase sempre à pesquisa aplicada, isto é, sua proposição busca respostas concretas e vinculadas a uma realidade objetiva, procurando soluções na maioria das vezes, pragmáticas, cujos resultados podem ser imediatos. Evidentemente, aqui não serão dispensados os conhecimentos que podem ser transformados em proposições teóricas, tanto do ponto de vista geral, como particular.

Uma característica fundamental dos Objetivos Específicos é o fato de que suas proposições devem se iniciar sempre com a ação de um verbo (examinar, analisar, verificar etc.) relacionado com as questões que constituem o corpo de hipóteses a serem verificadas, complementando-a com a preposição “para”, com a finalidade de chegar a algum resultado prático. Exemplo: **conhecer algo para transformá-lo.**

Entretanto, mesmo com estas diferenças, os objetivos gerais e os específicos de uma pesquisa não podem ser contraditórios: ambos devem caminhar na mesma direção, complementando-se no resultado final. A única diferença é que um deles propõe questões de ordem teórica e o outro, propõe questões de ordem prática. Com já foi afirmado várias vezes no decorrer deste texto, teoria e prática fazem parte de uma mesma operação científica: são as duas faces de uma mesma moeda.

A quarta parte de um projeto de pesquisa compõe-se do item **Considerações Teóricas e Históricas** sobre a pesquisa

ou **Metodologias**. Este item também divide-se em dois aspectos interligados: os aspectos teóricos, nos quais se utilizam os autores que darão suporte teórico-metodológico para o projeto e as operações práticas, as quais se realizam através de **Métodos e Técnicas** específicas, mas sempre vinculadas aos pressupostos teóricos.

Os métodos e técnicas compreendem um conjunto de procedimentos, os quais podem ser utilizados no todo ou em parte numa pesquisa, dependendo das necessidades que se apresentem aos objetivos propostos. Os principais procedimentos requeridos são: fichamento mnemônico da bibliografia básica (que deve ser realizado a partir da elaboração de um elenco de palavras-chave ou de assuntos pertinentes aos objetivos do projeto; entrevistas roteirizadas, principalmente se optar-se pela **pesquisa participativa**; questionários e outras técnicas quantitativas, lembrando sempre que, mesmo quando se utilizam métodos quantitativos, a análise final dos mesmos deve ser qualitativa.

Neste ponto é necessário acrescentar uma recomendação que é indispensável a esta formulação metodológica: o **trabalho de campo**. Esta proposta não será completa se o pesquisador abrir mão do trabalho de campo. Isto porque é na experiência do trabalho de campo que se desenvolvem todas as potencialidades de intercâmbio entre sujeito e objeto, no sentido proposto pelo método dialético.

O trabalho de campo é o momento privilegiado no qual o pesquisador, no corpo a corpo com o seu objeto de estudo, reconhece-se nele ao desvendar as suas identidades e contradições – consequência natural da pesquisa social em Humanidades. Também neste caso, o suporte teórico-metodológico e os métodos e técnicas se complementam formando um todo harmônico e coerente, com vistas a alcançar as proposições dos objetivos da pesquisa.

A justificativa, os objetivos e a metodologia são os componentes básicos de qualquer projeto de pesquisa e devem ser considerados como um todo coerente, coeso e completo, no qual cada parte é responsável por um elemento, mas que

no conjunto, todos estes elementos devem atuar harmoniosa e dialeticamente. Se um deles não responder a essa integração, algo está errado e deverá ser corrigido antes de prosseguir a pesquisa.

A parte seguinte refere-se às fontes primárias e secundárias que serão utilizadas no projeto de pesquisa, isto é, a **Bibliografia** (geral e específica). A bibliografia é o primeiro e o último trabalho intelectual que compõe um projeto de pesquisa, pois é uma tarefa que estará sempre rondando o pesquisador. Uma vez levantado todo o material primário (documentos não publicados) e o material secundário (material publicado) o pesquisador ainda poderá organizar outro conjunto de material necessário ao seu projeto: aquele gerado pelo trabalho de campo (resultado de entrevistas, questionários, etc.) o qual irá compor a bibliografia final.

O ponto seguinte é o **Cronograma da Pesquisa**. Este deve obedecer ao tempo requerido pelo tipo de projeto a ser desenvolvido. O mais importante neste quesito é distribuir o tempo de tal maneira que haja, em primeiro lugar, um estudo exploratório para saber o “estado da arte”; a seguir, a organização do suporte teórico-metodológico, isto é, a bibliografia especializada com a qual o pesquisador deverá garantir sua base teórico-prática, para articular o seu trabalho de campo. Sem esse preparo intelectual - que é composto pela exploração prévia e pelo levantamento bibliográfico específico, - o trabalho de campo torna-se inútil, pois poderá redundar em excesso de informação desorganizada, difícil de ser analisada corretamente, ou ainda em informações inadequadas, que não respondem às perguntas formuladas pela teoria.

A partir daí, a principal tarefa é a Redação do relatório final ou seja, a tese. Se todos aqueles passos citados anteriormente forem realizados com coerência, a elaboração do trabalho final será uma tarefa muito gratificante. Principalmente, se o projeto fizer parte de um conjunto de projetos, no qual normalmente todos os passos de cada um dos projetos do grupo forem discutidos coletivamente, num exercício de interdisciplinaridade; para a produção científica, o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade são indispensáveis.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALARCON DE QUEZADA, Ricardo. La obra de Marx y los desafíos del Siglo XXI. *Rebelión*, maio,2005.
- ARANHA, M.L.A. & MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. 3ª. ed. revista. São Paulo: Moderna, 2003
- ALTHSSER, L. *Posições II*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1971.
- BASBAUM, L. *O processo evolutivo da História*. São Paulo: Edaglit, 1963
- BASTIDE, R. *Usos e sentidos do termo estrutura*. São Paulo, USP/Herder, 1971.
- BUENO, Eramis. *Metodología de la investigación*. La Habana: CEDETTI,1982. 2v.
- BUKHARI, N. *Tratado de materialismo histórico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- BUNGE M. *La ciencia, su método y su filosofía*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.
- CALELLO, Hugo & NEUHAUS, Susana. *La investigación en las ciencias humanas: método y teoría crítica*. Caracas: Tropikos, 1990.

COMTE, A., *Discurso sobre el espíritu positivo*. Buenos Aires: Aguillar, 1965.

DURKHEIM, E., *La división del trabalho social*. Buenos Aires: Shapire, 1967.

DUROZOI, G. & ROUSSEL, A. *Dicionário de filosofia*. Campinas: Papirus, 1993.

EASTON, D., *Esquema para el análisis político*. Buenos Aires: Amorroutu, s.d.

FOCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Lisboa: Portugalia, 1966.

GERMANI, G. *Política y Sociedad en una época de transición*. Buenos Aires, Eudeba, 1966.

GODELIER, M. Et alii. *Antropologia: ciência da sociedade primitiva?* Lisboa: Ed.70, 1971.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia*. São Paulo: DIFEL, 1970.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRAMSCI, A., *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HARNECKER, M. *Los conceptos elementales del materialismo histórico*. México: Siglo XXI, 1969.

HEGEL, *Filosofía del derecho*. Caracas: Vasquez, 1981.

HOBBS, T., *El Leviathan*. Buenos Aires: Aguillar, 1954.

ILLIENKOV, E. V. *Lógica dialéctica: ensayos sobre historia y teoría*. La Habana: Ciencias Sociales, 1984.

KANT, E., *Prolegómena*. Madrid: Aguillar, 1954.

KOSIK, K., *Dialéctica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1971.

LÉNIN. *La ciencia y el periodista*. La Habana: Política, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C. *Le cru et le cuit: mythologies*. Paris, Plon, 1964.

————— *Du miel aux cendres*. Paris: Plon, 1966.

————— *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LINTON, R. *Cultura y Personalidade*. México: Siglo XXI, 1960.

LOCKE, J., *Ensayos sobre el gobierno civil*. Buenos Aires: Aguillar, 1976.

LOWY, M. *Método dialéctico e teoria política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LUCA, Alfonso de. *Contraste histórico de las terias de Marx, desde la perspectiva del Siglo XXI*. jan.2006.

MALINOWSKY, Bronislaw. *Magía, ciencia y religión*. Buenos Ayres: Nueva Visión 1974.

MARX, K., *Crítica de la filosofía del Derecho*. Caracas, Vasquez, 1981.

—————. *Elementos fundamentales para la crítica de la Economía Política*. México: Siglo XXI, 1971.

—————. *El capital: critica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1973. 3v.

MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, s.d. 3vs.

MERTON, Robert, *Teoría y estructuras sociales*. México: FCE, 1964.

MILL, J.S., *Principios de Economía Política*. México: FCE, 1943.

PEÑA, Sergio de La. *El modo de producción capitalista: teoría y método de investigación*. México: Siglo XXI, 1979.

PINTO, A. V. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 2vs.

ROSERO GARCÉS, F. *La investigación socio-económica en el Ecuador: reflexiones acerca del método*. Quito: IIE-PUCE, 1982.

ROUSSEAU, J.J. *El contrato social*. Buenos Aires: Aguilar, 1967.

SPENCER, H. *El hombre contra el Estado*. Buenos Aires: Aguilar, 1963.

WEBER, M., *Economía y Sociedad*. México: FCE, 1964.

YERA, Luis Marcelo. En busca del paradigma perdido de Marx y Engels. *Rebelión*, dez.2005,